UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

DISSERTAÇÃO

PROFESSORA: Neuma Brilhante Rodrigues

NOME/MATRÍCULA: Pedro H. Soares Santos – 09/0128575

# Nos rastros da mudança: o Exército de cidadãos no contexto da Guerra da Cisplatina (1825-1828)

Brasília, Dezembro de 2012

Monografia apresentada ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília para a obtenção do grau de bacharel em História.

**Dedicatória**

Ao Deus Pai.

À Minha Família.

Aos meus Mestres.

**Agradecimentos**

Escrever este trabalho mostrou-se um grande desafio. E durante os mais de dois anos de pesquisa e estudo – período que quase se confunde com minha estada na Universidade de Brasília – e os mais de seis meses de escrita, pude contar com o apoio e o carinho de muitas pessoas.

Antes de qualquer um, contudo, sinto-me compelido a agradecer ao Divino Pai pela inspiração, saúde e a graça da vida, sem as quais nada teria sido possível. Segundamente, devo largos agradecimentos à minha família, em especial ao meu pai e à minha mãe, às minhas irmãs, à minha avó, Ester de Oliveira, aos meus tios Eustáquio Soares, MariaLeovalda, Ilda Alves, Ivanete Soares, Paulo Terra, Elma Santos e meu cunhado Carlos Madeira. Eles se mostraram verdadeiros entusiastas de meus estudos e me ajudaram e me apoiaram durante toda minha jornada.

Não menores agradecimentos devo à minha orientadora, Neuma Brilhante Rodrigues, com quem convivi desde o meu primeiro semestre na Universidade. Pude contar com seu rigor acadêmico e metodológico, com suas indicações de leitura e pesquisa, com suas severas correções e com sua amizade e incondicional apoio. Todas minhas realizações por este caminho da graduação se devem a este apoio.

Também devo agradecimentos aos professores do departamento de História da UnB, em especial os professores Francisco Doratioto, Tereza Kirschner, Thiago Tremonte.

A vida fora da academia, contudo, foi marcada pela presença de importantes amigos que dividiram comigo os problemas e fardos da Universidade. Danilo, Diego, Jorge, Gustavo, Caroline, Ravel, Guilherme, Henrique, Diogo, Karina, Rodrigo Piubelli, todo o grupo “Bratislavia” e demais “tios” me alegraram e me deram energias para seguir adiante.

Por fim, agradeço à Universidade de Brasília e ao CNPq pelo apoio institucional dado com as bolsas de pesquisa.

Os que se empenham em examinar as ações humanas jamais ficam tão atrapalhados como para juntá-las e apresentá-las soba mesma luz, pois comumente elas se contradizem de modo tãoestranho que parece impossível que venham da mesma matriz.

Montaigne, *Os ensaios*, 2010, p. 45.

Todo cidadão é obrigado, eu o conheço, a servir a sua pátria, mas não a ser escravo de quem lhe não paga nem o sustenta.

Deputado Baptista Pereira, 1826.

Sem dúvida são responsáveis todas as autoridades que atacam as garantias do cidadão, trazendo-os em algemas e ferros (...).

Deputado Souza França, 1826.

**Lista de abreviações e siglas**

ACD – Anais da Câmara dos Deputados

RIGHB – Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

**Resumo**

Importante historiografia sobre o exército brasileiro e o Primeiro Reinado tem afirmado que há um contínuo entre as forças terrestres lusas e as brasileiras desde fins do século XVIII até a década de 1860 do século XIX, quando a guerra contra o Paraguai obrigou o Brasil a realizar reformas. O trabalho proposto objetiva indiciar as mudanças entre o exército de Antigo Regime e o exército que se formou com o nascimento do Brasil independente, principalmente no que se refere às discussões dos direitos dos soldados, agora entendidos como súditos-cidadãos, e à nova ética militar que começa a despontar.

Palavras-chave: Exército; profissionalização; mudança.

**Sumário**

**Introdução**.....9

1. **O recrutamento, a deserção e o exército em Portugal no século XVIII**.....12

2. **O Exército sob a égide do Primeiro Reinado**.....18

2.1. **A Campanha Cisplatina**.....19

2.2. **Os soldados-cidadãos em campanha: o recrutamento e a deserção durante o conflito Cisplatino**.....30

**Conclusão**.....47

**Referências Bibliográficas**.....49

## Introdução

O Exército brasileiro do Primeiro Reinado foi um exército de Antigo Regime? Tal é a pergunta que guiou a pesquisa e a escrita deste trabalho. Na contra-corrente de uma importante historiografia brasileira acerca das forças armadas, dentre os quais se destacam Adriana Barreto[1] e Fábio Mendes[2], esta monografia intenta, como seu título sugere, buscar mudanças na instituição militar durante o período do Constitucionalismo da década de 1820 e, especificamente, no contexto da Guerra da Cisplatina.

O argumento central dos autores supracitados é, de modo geral, o de que o Exército brasileiro permaneceu uma força de Antigo Regime – em suas estruturas e formas de trato com a soldadesca – até o grande esforço de guerra da década de 1860, momento em que se profissionalizou. Nega-se, portanto, qualquer tipo de alteração nas concepções de exército, de soldado, de oficial, enfim, de toda estrutura combatente, desde o exército português de meados do século XVIII até meados do século XIX, numa espécie de *continuum* temporal perfeito.

Esta percepção coaduna-se com outra ideia tradicional da historiografia deste período que tende a ver um atraso luso-brasileiro no que concerne às inovações administrativas influenciadas pela Ilustração do século XVIII, considerando parcas ou mitigadas as Luzes portuguesas[3].

Não se trata aqui de desconstruir ou de refutar, neste curto espaço, a valiosa contribuição dessa historiografia. Pretende-se, tão somente, apontar as grandes transformações pelas quais passava a sociedade brasileira durante o Primeiro Reinado dentro das quais se inclui a estrutura militar. Políticos e militares tomaram para si a tarefa de (re)pensar o exército e seus componentes dentro de um sistema constitucional garantidor das liberdades civis e dos direitos dos cidadãos. Durante a primeira legislatura do Império, de 1826-1830, os deputados denunciaram os abusos das autoridades no recrutamento e no tratamento dispensado aos praças, afirmando categoricamente que nesses novos tempos da Constituição era inaceitável despotismos contra concidadãos.

---

[1] SOUZA, Adriana Barreto. *O exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: 1999.
[2] MENDES, Fábio Faria. *Recrutamento militar e construção do Estado no Brasil imperial*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.
[3] NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira. "Estado e política na independência" IN GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial*, vol. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 117.

Como então categorizar essas hostes dos primeiros anos do Brasil independente? Embora se saiba que nenhuma categorização é isenta de crítica, parece mais acertada a noção de exército pré-profissional indicada por Vitor Izecksohn[4]. Embora sutil, há importante diferença em afirmar que uma força é tipicamente de Antigo Regime e outra que seja pré-profissional. A profissionalização das forças armadas no mundo ocidental deu-se ao longo do século XIX e cada país realizou tais mudanças articulando-as às suas tradições, pois como afirma Izecksohn: "o conceito de profissionalismo não é isomórfico, podendo apresentar grandes diferenças conforme a sociedade em que ocorra o processo."[5]

Nesse sentido, propõe-se que as reformas realizadas durante a década de 1860 não foram feitas subitamente e num vazio de discussões. Desde os primórdios do Brasil independente já se debatia como devia se organizar as forças armadas nacionais, que moldes de recrutamento seguir e mesmo qual era o papel que se atribuiria a cada um dos elementos que compunham essas forças. Levar em conta tais articulações político-militares talvez permita ter maior compreensão do desenvolvimento histórico que a instituição militar teve durante o período imperial.

As fontes visitadas para a escrita desse trabalho são de duas naturezas: primeiramente os anais da Câmara dos Deputados dos anos de 1826, o ano de abertura da Assembleia Geral, até 1828, data do término da Guerra da Cisplatina. Segundamente, uma coleção de documentos – cartas, ofícios, ordens do dia etc. – do marquês de Barbacena quando a frente do exército em campanha no Sul compilada e publicada por seu filho, o visconde de Barbacena, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no ano de 1886. De modo a facilitar a leitura das transcrições das fontes, optou-se por atualizar sua grafia.

O desenvolvimento da monografia apresenta a seguinte estrutura: inicialmente se caracterizará o exército português do século XVIII de modo a tentar perceber se e o que mudou entre o exército aristocrático da idade moderna e o exército nacional dos tempos do constitucionalismo e da cidadania. Em seguida, descrever-se-á a guerra da Cisplatina em termos gerais com o intento de ilustrar os problemas pelos quais passou o Estado

[4]IZECKSOHN, Vitor. *O Cerne da Discórdia: A guerra do Paraguai e o Núcleo Profissional do Exército*. Rio de Janeiro: *e*-papers, 2002.
[5]Idem, p. 48.

brasileiro no esforço de guerra de seu primeiro conflito externo depois da independência, prosseguindo, então, à análise das fontes.

## 1. **O recrutamento, a deserção e o exército em Portugal no século XVIII**

Estudar a formação do Exército português do período moderno faz-se necessário para se perceber as influências deste na estruturação das forças armadas imperiais brasileiras. Não se afirma aqui, contudo, que entre ambos há uma continuidade histórica perfeita, chegando-se à conclusão equivocada de que o Exército do Primeiro Reinado no Brasil fosse tal qual um do Antigo Regime. As formas de se organizar e compor um Exército, as relações da sociedade com as práticas militares e a maneira de guerrear vão mudar ao longo do século XIX. Contudo, nesses momentos iniciais que se pretende estudar, o velho e o novo se misturam. Assim, o Exército brasileiro das décadas de 1820 e 1830 apesar de não ser aristocrático também não pode ser considerado um exército profissional, posto que o processo de profissionalização das forças armadas dos países ocidentais perpassou todo o século XIX.[6]

Para compreendermos a formação dos exércitos em Portugal nos século XVII e XVIII, devemos levar em consideração a constelação de poderes existentes naquela sociedade e com a qual a Coroa dividia espaço. Esta deveria respeitar tanto os poderes superiores – a Igreja e as Cortes tradicionais – quanto inferiores – as universidades, as corporações de ofício, os estatutos dos nobres e funcionários régios etc[7]. Dessa maneira, recrutar e manter um exército permanente não foi tarefa fácil para a Coroa portuguesa.

O primeiro passo no sentido de organizar as tropas lusas foi dado com a guerra de Restauração, entre 1640 e 1668. Embora significativas, as mudanças pouco duraram porque logo após a celebração de paz com a Espanha, as Cortes reuniram-se e decidiram acabar com os impostos criados para sustentar as hostes portuguesas. Os nobres argumentaram que as "vexações aos povos" advindas do recrutamento deveriam cessar, tanto pela necessidade de atender aos pedidos dos súditos, que se viam constrangidos pelo serviço militar, quanto pelo aspecto econômico, uma vez que a produção nos campos tinha sido prejudicada com a retirada dos homens da lavoura, situação que o tesouro do reino não aguentaria por muito mais tempo. Dessa forma, Fernando Dores

---

[6] Entende-se aqui como exército de Antigo Regime uma força militar em que ser oficial é considerado uma honraria e não uma profissão; em que os altos cargos de comando eram exercidos por uma nobreza titulada e hereditária que não precisava demonstrar seu valor, ou seja, seu mérito, para alcançarem tais posições, sendo antes importantes as relações políticas e laços de amizade e clientelagem; uma instituição que permitia pouca mobilidade para soldados e oficiais de baixa patente. Souza, op. cit., p. 29-64.

[7] HESPANHA, António Manuel. Antigo Regime nos trópicos? Um debate sobre o modelo político do império colonial português In FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs). *Na trama das redes.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 46.

Costa chega a afirmar que entre 1668 e 1698, "Portugal é quase um reino desmilitarizado"[8]. Novos esforços para a reunião de tropas foram feitos durante a guerra de sucessão espanhola, entre 1702 e 1714. Impostos foram criados para pagar as tropas sem a convocação das Cortes, mas tão logo cessaram as hostilidades, foram revogados[9]. Isso indica o caráter emergencial da tributação criada e a dificuldade do pequeno reino europeu em manter seu exército. Alterações substanciais somente seriam realizadas com a deflagração da chamada guerra Fantástica – nome dado ao embate que envolveu Portugal, Espanha e França no contexto da Guerra dos Sete Anos.

A iminente entrada de Portugal naquele que foi o primeiro evento militar em dimensão global, evidenciou a grave situação das forças lusas. Medidas tiveram de ser adotadas pelo governo de D. José I para enfrentar os tradicionais inimigos espanhóis e seus aliados. O principal ministro do rei,Sebastião José de Carvalho e Mello, o então Conde de Oeiras, buscou auxílio externo, principalmente da Inglaterra, de modo a preparar o reino para a guerra.

> Durante todo o conflito, houve intensa troca de correspondência e frequentes negociações entre os governos português e britânico, cabendo a esse o fornecimento de todo o tipo de equipamentos para a guerra, indo da artilharia às barracas usadas pelos soldados e oficiais, passando por homens e um empréstimo de duzentas mil libras para pagamento do material adquirido. Além do apoio financeiro, a Inglaterra aceitou enviar 6 mil soldados de infantaria e um regimento de cavalaria ligeira com cerca de 500 homens.[10]

Além dessa ajuda material, Portugal também solicitou a indicação de oficiais que pudessem comandar suas tropas, uma vez que seus chefes militares – advindos da nobreza, tal como era o padrão da época – mostravam-se despreparados diante das novas formas de guerrear do continente. Foi-lhe então indicado o Conde de Schaumburg-Lippe para atuar no cargo marechal-general. Elechegou em Portugal no dia 3 de julho de 1762 e nomeado no dia 10 do mesmo mês. Permaneceu neste posto até sua morte em 1777.

As reorganizações propostas pelo nobre prussiano em seus alvarás, decretos e regulamentos previam a recompensa pelo mérito, o preparo técnico dos oficiais, o treinamento continuado dos soldados, a disciplina da tropa, a obediência sem

[8] COSTA, Fernando Dores. A arte da Guerra In BARATA, Manuel T.; TEIXEIRA, Nuno Severiano (Dir.). *Nova história militar de PortugalVol. II*. Círculo de Leitores: Lisboa, 2004,p. 187
[9] Idem, p. 188.
[10] RODRIGUES, Neuma Brilhante. *Nos caminhos do Império: a trajetória de Raimundo José da Cunha Mattos*. Tese de Doutorado: Universidade de Brasília, 2008, p. 15.

questionamento. Estas proposições, embora nos pareçam intrínsecas à profissão militar, foram mal recebidas pela nobreza hereditária.

Essas propostas de Lippe surgiram no momento em que se buscava, com as chamadas "reformas ilustradas" realizadas na segunda metade do século XVIII, "refundar" a nobreza portuguesa sobre as bases do mérito.[11] Para tanto, seria necessário valorizar a atuação dos indivíduos e premiá-los por seus merecimentos e não somente pelo acaso do nascimento em determinada casa nobre, pois como afirmou o filósofo e padre português AntônioVerney: "O ser filho de homem ilustre não é o mesmo que ser ilustre".[12]Para realizar este projeto, o pensador Ribeiro Sanches propunha a criação de escolas militares com o objetivo de formar jovens nobres e incutir-lhes a ideia do mérito:

> "Que a Nobreza e a Fidalguia" fiquem de tal modo instruídas "que percãoaquellaidea que devem ser premiados por descenderem de tal ou tal caza: e que fiquem no habito de pensarem, que só pelo seu merecimento chegarão aos postos e ás honras a que aspira a sua educação".[13]

As reformulações sugeridas e levadas a cabo pelo príncipe germânico já vinham sendo pensadas e utilizadas na Europa Central desde inícios do século XVII. Extensa literatura sobre a arte da guerra assinalava saberes técnicos, como, por exemplo, o manejo das três armas de guerra da época – artilharia, cavalaria, infantaria –, e a formação considerada necessária para praças e oficiais. No entanto, foi no século XVIII que a ciência militar conheceu grande impulso, com a multiplicação de obras de referência e de academias militares. Personagem importante e símbolo dessas mudanças foi Frederico II da Prússia. Seus escritos tiveram bastante influência no restante da Europa e refletiam

> Uma convicção absoluta no facto de a arte da guerra requerer uma educação profissional e a acumulação de um núcleo apreciável de conhecimentos, podendo ser considerada, de um ponto de vista teórico, na base de regras e de princípios que revelariam da experiência histórica, a qual pode ser usada (...) como um substituto da experiência directa. (...) deveria ainda o oficial possuir um perfeito conhecimento de táctica ou arte da manobra, dos ataques defesas, retiradas, marchas (...). Mais: entende que o desenvolvimento teórico

[11] A expressão "refundação" é utilizada por Dores Costa. COSTA, Fernando Dores. O bom uso das paixões: caminhos militares na mudança do modo de governar. In: *Análise Social*, vol. XXXIII (149), 1998 (5º), p. 1010.
[12]*Apud* Costa, "O bom uso das paixões...", p. 1011.
[13] Costa, op. cit., p. 1010.

> permite justamente o estabelecimento de regras militares seguras e infalíveis(...).[14]

Embora Portugal não tenha ficado à margem deste processo, a racionalização da profissão militar no reino ibérico não foi tão profunda quanto em outros países neste mesmo período. Enquanto na Europa central o processo de formação de um espírito militar ocorreu de forma mais célere, a Coroa lusa teve de enfrentar sérios reveses e resistências.

A Inglaterra, ao termo da Guerra dos Sete anos, em 1763, afirmava sua talassocracia e se tornava a maior potência da Europa. Tamanho poder, principalmente o naval, levantou desconfianças de seus tradicionais aliados portugueses, que dependiam de seus domínios ultramarinos. O Conde de Oeiras então percebeu que era necessário à segurança de Portugal, da Coroa e dos vassalos – do ultramar e do reino – que a força militar lusa fosse reorganizada. Dessa forma, convidou o conde de Lippe a permanecer em Portugal e a continuar suas reformas, que se pautariam na militarização das tropas.[15]

Contudo, quando passou a remodelar o exército, nobres, oficiais, praças e a sociedade envolvente "vi[r]am na rigidez prussiana um sistema de opressão inadequado ao espírito português"[16] e resistiram às "vexações" do serviço militar de todas as maneiras possíveis. Porquanto muitos nobres, como altos oficiais, veladamente desobedeciam aos comandos do Conde de Lippe, muitos soldados fugiam. A deserção, como fenômeno em massa, continuava a atingir fortemente as tropas lusas e o exército "desfazia-se constantemente"[17].

O ano de 1777 foi de grandes mudanças no reino português. Pombal afastou-se do poder com a morte de d. José e com a coroação de d. Maria. No mesmo ano, faleceu o conde de Lippe, sendo substituído em seu posto de marechal-general pelo duque de Lafões. O novo governo implementou mudanças na administração, incluindo modificações na estrutura militar do reino com a saída de muitos oficiais estrangeiros que tiveram seus postos ocupados pela alta nobreza. Tais alterações põem em questão a permanência ou não das reformas de Lippe após a chamada *Viradeira*.

---

[14] BEBIANO, Rui. A arte da guerra In BARATA, Manuel T.; TEIXEIRA, Nuno Severiano (Dir.). *Nova história militar de Portugal.Vol. II*. Círculo de Leitores: Lisboa, 2004, p. 126.
[15] Rodrigues, op. cit., p.21.
[16] Idem, p. 27.
[17] COSTA, Fernando Dores. *Insubmissão*. Dissertação de doutoramento: Universidade Nova de Lisboa, 2006, p. 145.

Neuma Rodrigues argumenta que osgovernos de d. Maria I e de D. João VI não retornaram à situação anterior às reformas realizadas por Lippe e que muitas das políticas pombalinas foram mantidas nesses reinados.[18] Também Bebiano parece creditar certa continuidade às obras de Lippe, com a permanência de seus códigos militares.[19] Costa, contudo, parece cético quanto a essa perenidade das reformas. Destaca suas limitações e afirma o caráter crônico da deserção e da insubordinação de oficiais e praças, característica que é anterior ao período de Lippe como marechal-general do exército português e que perpassou, com poucas mudanças, seu comando.[20]

Em fins do século XVIII, alguns escritores militares portugueses pensaram as causas para essas fugas que assolavam suas forças armadas. Um deles, Ribeiro dos Santos, afirmou que tais motivos provinham de duas naturezas: a violência com que o recrutamento era feito e o "apego" dos recrutas às suas terras e às suas famílias. Podemos, contudo, somar um terceiro fator, qual seja, a incapacidade administrativa da Coroa de manter, suprir e pagar seus soldados, tanto em períodos de guerra quanto de paz.[21]

A associação entre as práticas do recrutamento e a manutenção das tropas era tema recorrente. Embora as recomendações do rei fossem no sentido de se formarem as forças armadas a partir de voluntários e que a arregimentação dos homens fosse feita sem constrangimentos aos povos, a prática do recrutamento sempre foi resultado de violência e coação da população. Os recrutadores realizavam verdadeiras "caçadas" por homens para alcançarem os efetivos estipulados para cada região e tinham de lidar com toda sorte de resistências durante o processo. Além dessa dificuldade inicial de fazer as levas de soldados, os recrutadores ainda se deparavam com as complicações de moverem esses soldados até a fronteira. Com frequência, utilizavam-se de grilhões para impedirem os praças de escaparem durante a movimentação até o teatro de operações, reduzindo os recrutas à condição de criminosos e párias sociais. Um terceiro problema se apresentava aos recrutadores, comandantes e oficiais régios quando esses recrutas chegavam ao local em que deveriam atuar: fazer com que eles lá ficassem. As fugas eram frequentes e isso não somente pelo atraso frequente dos baixos soldos – levando os soldados a exercerem outras ocupações enquanto serviam para subsistirem – mas

[18]Rodrigues, op. cit., p. 28.
[19]Bebiano, op. cit., p. 142-151.
[20]Costa, op. cit.
[21]Costa, *Nova História Militar...*, p. 68.

também pela saudade de suas terras, deixando-os "prostrados numa crise de nostalgia, que os debilita também fisicamente."[22]

É importante afirmar, no entanto, que os trânsfugas não eram considerados traidores ou covardes. Esses estereótipos foram gestados ao longo do século XIX e se afirmaram no século XX, quando "se estabeleceu um código militar em torno dos conceitos de patriotismo, masculinidade e companheirismo."[23] Tal prática de desertar era antes correspondente "a um fenômeno de insubmissão massiva"[24].

Buscando atenuar as deserções, medidas como a prisão dos pais ou fiadores dos fugitivos ou mesmo a substituição deles pelo desertor eram comuns e tal ação revela que as famílias dos soldados acobertavam sua fuga. A desobediência do *pater famílias* às ordens régias ilustra a dinâmica de poderes e prerrogativas existentes na sociedade deste período, com mencionado anteriormente. Para o chefe da família, o recrutamento de seus descendentes significava a desestruturação de sua casa e produção, um desrespeito à sua autoridade e a degradação dos filhos.[25]

Estes problemas de recrutamento e deserção também foram enfrentados no Brasil quando de sua independência e durante as guerras em que participou, mas com agravantes: seu imenso território e a facilidade de subsistir nos "sertões" foi uma facilidade a mais encontrada pelos recrutáveis quando o chamado para servir era feito. Como sintetiza Fábio Mendes:

> As razões que tornam difícil e ineficaz o recrutamento são as mesmas que favorecem as altas taxas de deserção. A diminuta ocupação do imenso território facilitava a tarefa dos desertores que se refugiavam nos matos, enquanto a intensa mobilidade geográfica da população proporcionava-lhes certa proteção, confundidos na massa dos errantes. A "fronteira aberta" constituía, simultaneamente, um poderoso incentivo à deserção e a principal fonte das dificuldades do recrutamento.[26]

---

[22] COSTA, Fernando Dores. "Milícia e Sociedade In BARATA, Manuel T.; TEIXEIRA, Nuno Severiano (Dir.). Nova história militar de Portugal.Vol. II. Círculo de Leitores: Lisboa, 2004, p. 68. Como aponta uma síntese militar do fim do século XVIII: "Os soldados recrutados de novo têm uma causa particular e mui forte de adoecer [que é] a saudade de sua família". *Apud* Costa, op. cit., p. 68.
[23] Rodrigues, op. cit., p. 18.
[24] Costa,O bom uso das paixões..., p. 979.
[25] Costa, *Insubmissão*, p. 144.
[26] MENDES, Fábio Faria. Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX IN CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (orgs). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 125.

Dessa situação cunhou-se a frase: “Deus é grande, mas o mato é ainda maior”.[27]

## 2. **O Exército sob a égide do Primeiro Reinado**

O Primeiro Reinado no Brasil foi interpretado por muito tempo como um período tampão na história brasileira, entre a independência em 1822 e a “verdadeira” libertação nacional em abril de 1831, posto que com a saída de D. Pedro I, um português, o governo passava, finalmente, às mãos dos brasileiros.[28] Tal interpretação olvida todas as transformações advindas deste momento histórico, pretere as grandes discussões sobre a representação nacional, ignora as inovações políticas que surgem no bojo desse processo.

Nesta conjuntura histórica palavrascomo “constituição”, “liberdade”, “cidadania” e “soberania” extrapolaram o campo politico formal e passaram a ser discutidas nas ruas, empolgando a população a participar. Essatornou-se “ator político fundamental na trama do Primeiro Reinado, tanto por meio de revoltas ou burburinhos quanto usando mecanismos formais, como petições, queixas e representações.”[29] Como afirma Lúcia Neves: “Concretizava-se por meio de neologismos ou de termos correntes, utilizados com um sentido diverso até então empregado, uma nova política implantada após o movimento constitucional.”[30]

Em meio às transformações advindas com a independência e construção do Estado imperial, o Exército também sofreu mudanças. Não só no que se refere à quantidade de homens, estrutura hierárquica, soldos etc., mas, e talvez seja a alteração mais significativa, na maneira de pensar o soldado como cidadão e sobre o qual recai o mais caro dos tributos: o de sangue. Enquanto no período moderno, os soldados-súditos iam aos campos de batalha lutar por causas que muitas vezes não lhes diziam respeito,

---

[27] *Apud* Doratioto, op. cit., p. 264.

[28] Essa interpretação é realizada, dentre outros, por Caio Prado Jr In PRADO JR., Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

[29] RIBEIRO, Gladys Sabina; PEREIRA, Vantuil. O Primeiro Reinado em revisão In GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial*, vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 142.

[30] NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência*. Rio de Janeiro: Revan: FAPERJ, 2003, p. 169. Também é interessante a epígrafe utilizada pelo autora no capítulo 6: “Agora, como estes Srs. dão uma significação nova a todos os termos, de que usam, um dicionário não nos serve para nada, é preciso observar a sua contida para entender a sua nova linguagem.” *Apud* Neves, op. cit., p. 169.
Koselleck é o principal expoente na história dos conceitos e trabalha magistralmente as diversas ressignificações do conceito de revolução antes e depois da revolução Francesa. KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Coontraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, p 61-77.

agora o soldado-cidadão, que tem direitos guardados pela Constituição e pelas leis, vai à luta pela "causa da liberdade", pela "causa nacional", pela "pátria".[31] Deve-se considerar, contudo, que essas mudanças se implementaram lentamente. É possível percebê-las, no entanto, no plano do discurso como feito na análise dos debates parlamentares adiante.

Neste sentido, argumenta-se que embora o Exército brasileiro durante o Primeiro Reinado não seja um exército profissional – até porque exigir tal postura seria um anacronismo – tampouco podemos afirmar que esta instituição possua, no segundo decênio do século XIX, as mesmas características de um exército "de *métier*."[32] Essas mudanças se refletiram na legislação criada para regular o recrutamento, nas discussões parlamentares acerca do papel do recruta e de seus direitos, na gradual superposição entre desertor e traidor, dentre outras.

Para observar estas mudanças, utilizar-se-á dois tipos de fonte: em primeiro lugar, algumas discussões presentes nos anais da Câmara dos Deputados dos anos de 1826, 1827 e 1828; e em segundo, cartas e ofícios do marquês de Barbacena do ano de 1827. Elas se encontram no contexto da guerra da Cisplatina, quando o Exército imperial teve de ser organizado para sua primeira guerra externa. Neste momento, surgiram vários problemas a serem resolvidos, como, por exemplo, qual a melhor maneira de se realizar o recrutamento, como impedir a deserção, qual o tamanho da força de mar e terra etc. Será nestes discursos que se tentará entrever até que ponto houve ou não mudança e o que pensavam estes homens da elite política acerca do papel do soldado e do cidadão na defesa da pátria.

## 2.1 **A campanha Cisplatina;**

A guerra da Cisplatina foi um conflito entre o Império do Brasil e a República das Províncias Unidas do Rio da Prata pelo controle da Banda Oriental, território que compreende atualmente a República Oriental do Uruguai. As hostilidades se iniciaram em abril de 1825, como uma revolta interna da província contra o domínio brasileiro, e duraram até a assinatura a Convenção Preliminar de paz de 1828.

[31]Estes apelos ficaram evidentes durante a Revolução Francesa e nas demais ondas revolucionárias que atingiram a França durante o século XIX. No Brasil, os principais conflitos pela independência – como na Bahia – e guerras externas – a Guerra do Paraguai – fornecem-nos bons exemplos.
[32]Mendes, *Recrutamento militar*..., p. 40.

Os estudiosos do assunto, dentre os quais se destaca o Gal. Tasso Fragoso[33] tendem a marcar 1680 como o ano inicial para os conflitos naquela região. Nesta data, d. Manuel Lobo fundou a praça forte de Colônia do Santíssimo Sacramento, às margens do Rio de Prata e em frente a Buenos Aires. A expansão portuguesa atendia a duas necessidades: a de ocupação de uma das margens do rio, respondendo a um anseio de delimitar as terras lusas pelas chamadas fronteiras naturais; e, por outro lado, ter acesso ao contrabando de prata que descia do Potosí. Deve-se lembrar que os colonos portugueses residentes no Brasil não haviam ainda encontrado ouro na região das Minas Gerais e que a economia portuguesa passava por séria crise econômica.[34] Era imperiosa a obtenção de prata das regiões andinas que escoavam por Buenos Aires em direção ao reino castelhano.[35] As relações familiares que ligavam portugueses e espanhóis naquela região contribuíam para o contrabando, o que permite afirmar que não só os lusos se beneficiavam: castelhanos obtinham mercadorias, entre elas escravos, que de outra forma não teriam acesso.[36] Na prática, a Coroa portuguesa era condescendente com a quebra do monopólio comercial naqueles rincões. Isso não agradou a Coroa espanhola que logo tomou medidas para conter o avanço de seu vizinho rival.

Desde sua fundação, a praça forte de Sacramento foi atacada e tomada diversas vezes. Como disse o Visconde de Porto Seguro, essa iniciativa "(...) deu origem a tantas guerras, a tantos cuidados, a tantas intrigas, a tantas negociações feitas e desfeitas e a tantos gastos".[37] Os conflitos continuaram durante todo o século XVIII e XIX e "seguiam o ritmo das guerras europeias, em que Portugal e Espanha se viam envolvidos, e lhes serviam de ecos remotos".[38] Vários tratados foram assinados entres as duas potências ibéricas mudando a situação no sul da América e no resto de seus domínios ultramarinos. Os mais importantes foram: o de Utrecht em 1713, o de Madri de 1750, o de Santo Ildefonso em 1777 e o de Badajós em 1801.

Definidas as áreas de influência de cada uma das nações ibéricas, a situação ficaria estável até 1810.Contudo, a vinda da família real portuguesa para sua possessão

---

[33] FRAGOSO, Tasso. *A batalha do Passo do Rosário*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1951.
[34] Portugal lutou com a Espanha por 28 anos para consolidar a sua separação do reino vizinho, de 1640 a 1668. Essa guerra ajuda a explicar a difícil fase econômica por que passava a Coroa portuguesa em fins do século XVII.
[35] BANDEIRA, Moniz. *O expansionismo brasileiro*. Brasília: Universidade Brasília, 1998, p. 32.
[36] Bandeira, op. cit., p. 33.
[37] *Apud* Fragoso, op. cit., p. 60.
[38] Idem, p. 61

americana em 1808; a prisão de Fernando VII por Napoleão e a consequente instauração de juntas governativas nas colônias hispano-americanas, dentre elas a argentina de 1810; e, posteriormente, a tentativa de independência das mesmas, mudaram completamente o cenário político no Prata.

Com o estabelecimento da Corte portuguesa no Rio de Janeiro, o então regente D. João empreendeu novos esforços para estender seus domínios coloniais até onde considerava ser suas fronteiras "naturais", ou seja, o rio Amazonas, ao norte, e o rio da Prata ao sul.[39]

Três projetos políticos para a região da Bacia do Prata foram engendrados na Corte do Rio de Janeiro nesse contexto de incertezas: um liderado por d. Carlota Joaquina que se apresentava como defensora dos interesses de sua dinastia e pretendia se tornar regente da Espanha para "a partir da América, coordenar a luta de libertação e manter íntegro o império espanhol"[40]; outro, do gabinete do príncipe regente e capitaneado por d. Rodrigo de Sousa Coutinho apoiava o infante d. Pedro Carlos como o legítimo representante da monarquia espanhola, em detrimento de sua prima/tia. O conde de Linhares e outros membros da corte tinham o intento de casar d. Pedro Carlos com d. Maria Teresa de modo a consolidar a reunião das duas coroas ibéricas. O terceiro grupo é o representado pelo lorde inglês Strangford que considerava a independência das colônias hispânicas como a saída que melhorrespondiaaos interesses comerciais de seu país.[41] Cartas, espiões, blandícias e ameaças foram as armas utilizadas, desde 1808, por esses agentes históricos para concretizarem seus projetos de poder.[42]

Várias perspectivas de futuro, portanto, se mantinham abertas para as colônias hispano-americanas, em especial para o Vice-Reinado do Rio da Prata, fruto das conjunturas políticas da metrópole e das diversas intrigas platinas concertadas na Corte

---

[39] A ideia de que o Prata e o Amazonas fossem as fronteiras naturais do Brasil permaneceu por longo tempo no imaginário político brasileiro, como demonstram as alegorias criadas para a cerimônia de coroação e sagração de d. Pedro II em 1841. SCHWARCZ, Lilian. *O Império em procissão.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 22.

[40]AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de (org). *Carlota Joaquina: cartas inéditas*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007, p. 45.

[41] Idem, p. 47.

[42] LIMA, Oliveira. *D. João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006, p. 196.
COLVERO, R..Entre interesses e possibilidades: a aproximação da política bragantina ao Rio da Prata. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, 37, jan. 2012. Disponível em: http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/8983. Acesso em: 01 Dez. 2012, p. 310.

do Rio de Janeiro, em Buenos Aires e, em certa medida, no *Foreign Office*. Quando se iniciou o processo emancipatório liderado pelo diretório portenho em 1810 e depois com a sua radicalização em 1816, o projeto joanino de intervenção e expansão pelas armas em direção ao Prata ganhou força, em detrimento do plano de Carlota Joaquina. Os ingleses mostraram-se refratários às atitudes tomadas pelo príncipe regente, não lhes interessando nem a guerra nem o domínio português das margens do Prata. Não obstante, D. João enviou duas expedições ao Prata: uma em 1811 e outra em 1816.

A primeira expedição foi justificada perante os demais reinos europeus como uma defesa dos territórios de Fernando VII, cunhado do príncipe português. Contudo, a expedição militar não executou ação bélica alguma posto que um armistício entre os beligerantes foi finalizado pouco tempo antes das hostes portuguesas chegarem à Montevidéu. As tropas se retiraram em 1813, logo após a assinatura do tratado de paz com Buenos Aires.

Contudo, Artigas, chefe militar e líder dos orientais, não ficara satisfeito com a pacificação, "quando tudo indicava a próxima queda de Montevidéu. Logo que os argentinos o abandonaram, levantou acampamento com suas tropas e quantos quiseram segui-lo (...) e tomou o caminho de exílio." [43]

Os argentinos estavam decididos a manter unido o vice-reino do Rio da Prata sob o comando de Buenos Aires, o que significava perda de importância política para a Banda Oriental, o que era inaceitável para Artigas. Outrora aliados, tornaram-se então inimigos. Insurgindo-se contra as forças argentinas, buscou sublevar as regiões interioranas contra a direção política dos portenhos. O apelo federalista artiguista era muito forte e este conflito foi um dos primeiros entre os que defendiam um projeto unitário e os que eram a favor de uma organização federalista[44]. Artigas, após vitoriosas investidas militares, tomou o controle da Banda Oriental. Temendo que as propostas federalistas deste caudilho entusiasmassem os habitantes da região de Rio Grande de São Pedro do Sul para juntar-se a ele, D. João VI decidiu invadir mais uma vez Banda Oriental[45], o que foi feito com a conivência do diretório de Buenos Aires que incentivou"a participação portuguesa nos conflitos do Rio da Prata, pelo menos

[43]Fragoso, op. cit., p. 117
[44]Idem, p. 122
[45] FERREIRA, Gabriela. Conflitos no Rio da Prata In Keila Grinberg e Ricardo Salles (orgs.) *O Brasil Imperial*, vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 327.

enquanto Artigasdetivesse o poder na Banda Oriental e influísse nas Províncias de Santa Fé, Entre Rios, Misiones e Corrientes".[46]

Esta segunda campanha, sob o comando do General Frederico Lécor e de D. Diogo de Sousa, durou até setembro de 1820, quando o exército artiguenho foi irremediavelmente desbaratado. O caudilho foi em exílio para o Paraguai e nunca mais retornou ao Uruguai[47].

Lécor, nomeado governador da Banda Oriental, ocupou militarmente Montevidéu, dando a posse *de facto* do território uruguaio à Coroa portuguesa. D. João VI, em 1821, ordenou-oque reunisse uma assembleia de orientais para que decidissem se continuariam ligados ou não ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Lécor então reuniu 18 deputados eleitos pelos *cabildos* e *alcaides* ordinários e lhes disse que

> Se a assembléia decretasse a incorporação da Província ao Brasil, as tropas portuguesas continuariam no país para garantir a ordem; mas que, se decidisse a incorporação a outro Estado ou a formação de um governo independente, ele a evacuaria com a suas tropas.[48]

Os deputados escolheram, por aclamação geral, a incorporação da região em 18 de julho de 1821.[49] Ficou determinado que a Banda Oriental deveria ser tratada como "um Estado diverso dos demais do Reino Unido, sob o nome de Província Oriental".[50]

Declarada a independência do Brasil em relação a Portugal em 7 de setembro de 1822, oficializada no dia 12 de outubro do mesmo ano com a aclamação de D. Pedro I,[51] lutas e disputas pulularam em todas as regiões do nascente Império.

O Conselho Militar que governava a província da Cisplatina, recém incorporada aos domínios portugueses, decidiu que: "Conquistada pelas armas portuguesas, não deve esta província destacar-se da causa de Portugal para seguir a sorte do Brasil." [52] Contudo, Frederico Lécor, comandante das armas da província, apoiado pelos principais

---

[46] Bandeira, op. cit., 45.
[47] Fragoso, op.cit., p. 154.
[48] Idem, p. 155.
[49] Idem 155.
[50] *Apud* Idem, p. 156.
[51] NEVES, Lúcia Maria B. Pereira das. Os panfletos políticos e a cultura política da independência do Brasil In JANCSÓ, Istvan.*Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec: 2005, p. 673.
[52] *Apud* CARNEIRO, David. *História da Guerra Cisplatina*. Brasília: Universidade de Brasília, 1983, p. 26.

líderes orientais, colocou-se ao lado do projeto independentista brasileiro enquanto o Brigadeiro Álvaro da Costa manteve-se fiel à causa portuguesa.[53]

Sem apoio, o citado Brigadeiro não teve outra opção senão fazer um acordo com Lécor, realizado a 18 de novembro de 1823, "pelo qual se compromete[u] a entregar imediatamente a praça, ficando, entretanto, os portugueses com a faculdade de se retirarem para Lisboa com as suas armas e pendões".[54] O governo da Província passava, assim, para as mãos do Império.[55]

A província, contudo, possuía um estatuto diferenciado dentro do corpo político imperial. No projeto de Constituição de 1823 e na carta magna outorgada pelo imperador em 1824,[56] a Cisplatina era considerada um estado federado, o único do Império brasileiro. A constituição foi jurada pelos orientais em maio de 1824, "declarando assim oficialmente a subordinação da Banda Oriental ao nascente império".[57] A situação econômica da província, contudo, não mudou com a passagem do governo de Portugal para o do Brasil. Como sintetizou Pereira da Silva:

> Não melhorara nem progredira o Estado Oriental sob o domínio do Brasil (...). As guerras civis que antecederam à da conquista já o haviam arruinado excessivamente, acabando-lhe o comércio exterior e extinguindo-lhe a indústria dos campos que só com a paz medra e prospera. A guerra com D. João VI quase dizimou-lhe a população, terminando por devasta-lo. O Império não conseguira reabilitar-lhe as forças, ocupando-o e governando-o mais militar que civilmente.[58]

O descontentamento no interior da província foi crescendo até que culminou na sublevação de Lavalleja[59] e de outros orientais contra o domínio brasileiro. Desembarcaram no dia 19 de abril de 1825 na praia da Agraciada e começaram a excitar a população para sua causa. Começava a rebelião da Cisplatina.

A força de Lavalleja conquistou pequenas cidades da campanha e chamou a atenção do governo da província. Para lidar com essa situação, Lécor enviou o caudilho

---

[53]Carneiro, op. cit., p. 26.
[54]Idem.
[55]Depois da incorporação da Banda Oriental ao Império como Província Cisplatina, Buenos Aires tentou negociar a cessão do referido território às Províncias Unidas, o que foi negado pelo governo imperial em 6 de fevereiro de 1824. Fragoso, op. cit., p. 159.
[56]Carneiro, op. cit., p. 27.
[57]Fragoso, op. cit., p. 160.
[58]*Apud* Fragoso op. cit., p. 160.
[59]Chefe militar e político uruguaio que lutou junto ao exército de Artigas entre 1816-1820. Foi preso e enviado à ilha das Cobras no Rio de Janeiro. Voltou a Montevidéu em 1821 e se alistou no exército imperial. Em 1824 foi para a Argentina e de lá começou os preparativos para iniciar a sublevação no interior da província Cisplatina.

uruguaio Rivera para bater as milícias rebeldes. Contudo, ao encontrar com as forças que deveria subjugar, debandou e a eles se juntou[60]. Aumentadas suas hostes com as tropas de Rivera e com homens de várias partes da província, Lavalleja continuou a marchar e seguiu para o "assédio de Montevidéu."[61]Concomitante com seus avanços militares, o chefe dos orientais rebelados empreendeu a organização de uma incipiente administração. Criou em 14 de junho de 1825 um governo provisório em La Florida, sob a presidência de Manuel Calleros que nomeou Lavalleja General em Chefe do Exército Libertador e elevou Rivera a Inspetor Geral de Armas[62]. Passado quase dois meses, em 25 de agosto, foi reunida uma Assembleia de representantes "de todos os departamentos e povoados"[63] que declarou "írritos, nulos e dissolvidos"[64] os laços de incorporação ao Brasil e afirmava sua vontade de se anexar às Províncias Unidas do Rio da Prata.

Deste período anterior à declaração de guerra entre o Império e a República vizinha, deve-se ressaltar dois confrontos que resultaram em derrotas brasileiras: o do Rincão das Galinhas e o de Sarandí. Apesar de não terem representado grandes perdas humanas para o Brasil, esses combates levaram ao recuo das tropas brasileiras para o Rio Grande do Sul, excetuando-se as cidades fortificadas. Dessa forma, o campo de operações passou para solo gaúcho e o interior da Cisplatina ficou nas mãos dos platinos. Estes desfechos, principalmente o segundo embate, deram mais confiança para as Províncias Unidas entrarem no conflito entre orientais e imperiais. Em 25 de outubro, o Congresso argentino aceitou as declarações da Assembleia de Florida e proclamou a incorporação da Banda Oriental às Províncias Unidas do Rio da Prata.[65] O Imperador, em resposta à resolução argentina, declarou guerra ao país vizinho e ordenou o bloqueio de Buenos Aires pela esquadra brasileira.

O ano de 1826 foi marcado pelo contraste entre o imobilismo nos Exércitos beligerantes e a ativa campanha naval realizada no Rio da Prata. O Exército imperial, apesar dos esforços do ministério e do dinheiro gasto, estava desorganizado e sofria muitas privações. Descontente com as notícias que chegavam da frente de guerra e suas

[60] Carneiro, op. cit., p. 29-30.
[61] Fragoso, op. cit., p. 165.
[62] WIEDERSPAHN, Oscar. *Campanha de Ituzaingó*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1961, p. 63.
[63] Idem.
[64] *Apud* Fragoso, op. cit., p. 166.
[65] Idem, p.174.

repercussões,[66] principalmente no que se refere à desordem das tropas, D. Pedro I decidiu que viajaria para o Rio Grande de São Pedro do Sul para ver com seus "próprios olhos as necessidades do exército"[67]. Entretanto, antes de partir, resolveu, por decreto do dia 12 de setembro de 1826, substituir o Gal. Rosado pelo Gal. Felisberto Caldeira Brant Pontes, então Visconde de Barbacena, no comando das forças brasileiras no Sul. Pouco tempo após sua nomeação como comandante em chefe, recebeu o título de marquês – em 4 de novembro – e foi confirmado no cargo de tenente-general, a 17 de dezembro.[68]

Em memorandum dirigido ao Imperador, datado de 2 de outubro de 1826 – quando ainda se encontrava no Rio de Janeiro – o marquês relatou profunda preocupação com o estado em que se encontrava o Exército do Sul,[69] expôs seu plano para ganhar a guerra e elencou 7 medidas vistas por ele como essenciais para que tal feito fosse alcançado. Em seu ver, a guerra defensiva era humilhante para o Império e, portanto, dever-se-ia empreender as seguintes ações: "1º Expulsar o inimigo para além do Uruguai; 2º Ocupar depois a província de Entre-Rios; 3º Obrigar a Confederação Argentina a solicitar a paz, sem nenhuma possibilidade de renovar hostilidades".[70] Ele requisitou então: "15,000 homens, um deposito de 4,000, armamento competente, e seis milhões de cruzados para a despesa de um ano."[71] Apresentou alguns cálculos e concluiu que a quantidade de homens já havia sido atingida com as hostes presentes no Sul; no que se refere ao dinheiro, acreditava que existiam recursos suficientes para que ele realizasse sua tarefa.

Pode-se perceber com este plano que Barbacena possuía conhecimentos militares de estratégia e tinha disposição em acabar com a guerra defensiva e levá-la para o território inimigo. A resposta às suas propostas veio no dia 20 de outubro. Nela, o

---

[66] A opinião pública da Corte ficou perplexa com os desastres militares. Não se compreendia como que um Império poderoso e com recursos poderia estar perdendo para um exército rebelado de campesinos e outro rapidamente formado nas Províncias Unidas para bater o Brasil. Fragoso, op. cit., p. 209.

[67] *Apud* SOUSA, Octávio Tarquínio de. *A vida de D. Pedro I*, vol. II. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1988, p. 217.

[68] Fragoso, op. cit., p. 210.

[69] Logo no primeiro parágrafo, o marquês afirma: "Foi V.M.I servido honrar-me mais uma vez com o público testemunho de sua alta confiança nomeando-me comandante em chefe do Exercito do sul, o qual, segundo os Ofícios do general e cartas particulares de vários oficiais, está ameaçado de completa aniquilação." Depois nos relata em que condições acha que vai encontrar os homens: "Um exercito nu, descalço, sem munições de guerra e boca, sem remédios, sem cavalos (...)". *RIHGB*, vol. XLIX, 1886, p. 459.

[70] *RIHGB*, op. cit., p. 460.

[71] Idem.

Imperador, pelo ministro da guerra, o Conde de Lages, fez somente algumas restrições. Dentre elas, mandou guardar segredo sobre a ocupação de Entre-Rios, preocupado se tal ação não despertaria "ainda mais o ciume da Inglaterra"[72].

Partiu então o marquês para o Rio Grande de São Pedro do Sul em 3 de novembro de 1826. Chegou a Porto Alegre em 6 de dezembro; a 17 partiu para o acampamento, lá chegando em 1º de janeiro de 1827. Em ofício datado de 23 de janeiro de 1827, o comandante em chefe dos imperiais relatou a triste situação em que se encontrava o Exército do Sul:

> conheci desde o primeiro dia que o seu estado era mil vezes pior do que anunciavam todas as notícias que grassavam no Rio de Janeiro antes de minha partida. Achei o Exercito a pé, sem transportes, sem uma só das repartições indispensáveis para sua mobilização e administração, montada como devia ser, porque não tinha nem comissariado, nem pagadoria, nem remédios, nem armamentos para todos os combates, e até estava sem espiões e guias (...) [nem] cama para os doentes, que jaziam no chão (...).[73]

Neste mesmo documento, informou que contava com um total de 4296 homens. Percebendo que estava em inferioridade numérica em relação ao inimigo, o marquês ordenou ao marechal Brown que se reunisse com ele.[74] Perseguido tenazmente pelo exército argentino, que tinha o propósito de destruir as duas partes – Brown e Barbacena – separadamente, conseguiu o comandante em chefe brasileiro, com marchas forçadas e por vezes difíceis, alcançar o marechal alemão. Reuniram-se a 5 de fevereiro, perfazendo um total de 6348 imperiais[75].

Sentindo-se confiante, declarava o marquês ao ministro da guerra:

> Que fará agora Alvear? Atacar? A vantagem local é toda nossa. Esperar que eu o vá atacar? Também teremos a vantagem de aumentar em força, recebendo socorros todos os dias, entretanto que ele diminui nela por moléstias e sobretudo por deserções. Que resta? Retirar-se? Irei em seu encalço até o Uruguai, e a derrota em uma tropa desmoralizada será completa[76]

Barbacena estava convencido de que o inimigo tinha então se posto em retirada e iniciou sua perseguição a 10 de fevereiro. Essa persecução levou as forças brasileiras até

---

[72]Idem, p. 464.
[73]*RIHGB*, op. cit., p. 476-477.
[74]Enquanto Barbacena dirigiu-se para o acampamento em Santana, onde se encontrava a maior parte do exército, o marechal Brown seguiu para São Francisco de Paula, "para com os reforços do norte e de Montevidéu ultimar a concentração com a maior rapidez possível e seguir depois ao encontro do núcleo de Santana". Wiederspahn, op. cit., p. 153.
[75]Fragoso, op. cit., 217-235.
[76]*RIHGB*, op. cit., p. 484.

o Passo do Rosário, local onde foi travada a maior e mais importante batalha desta guerra, no dia 20 de fevereiro. Após renhido embate, o comandante em chefe imperial ordenou a retirada do campo de batalha.

A questão da derrota das forças brasileiras nesta batalha tornou-se uma polêmica entre estudiosos da Guerra da Cisplatina. De modo muito sintético, pode-se rastrear que Tasso Fragoso[77], Moniz Bandeira[78], Oscar Wiederspahn[79] e Pandiá Calógeras[80]consideram que essa foi vencida pelas Províncias Unidas, uma vez que o Brasil perseguiu o inimigo de modo a começar a batalha e, no entanto, acabou se retirando dada a superioridade numérica desse. Já Santos Titara[81], David Carneiro[82], Max Fleuiss[83] e Sérgio Costa[84] argumentam que a batalha não teve perdedores, dado que o exército brasileiro não foi desbaratado nem destruído, fazendo uma retirada em ordem, e que as forças adversárias não ficaram de plena posse do campo de batalha.

Independentemente de considerar esta batalha como empate ou derrota para o Brasil, deve-se levar em conta que se exército imperial tivesse sido destruído, os platinos teriam o caminho livre para avançar sobre Porto Alegre e ocupar a província além da possibilidade de, conjectura-se, iniciar uma rebelião no Sul do país[85].

Depois da batalha, o exército brasileiro se retirou para S. Lourenço, encontrando-se em péssimo estado. Seus materiais foram todos saqueados pelo exército argentino quando este passou por S. Gabriel. Os soldos estavam muito atrasados e os recursos não chegavam como deveriam, o que levou muitos soldados a desertarem, principalmente os “filhos da província”. No fim do mês de março, o marquês expressou ao ministro da guerra sua vontade de ir ao Rio de Janeiro e apresentar as necessidades do exército e assim acelerar a resolução de seus problemas. Entregou o comando a Henrique Brown a 20 de junho de 1827 e partiu para o Rio de Janeiro. Pretendia o

---

[77] Idem.
[78]Bandeira, op. cit.
[79]Wiederspahn, op. cit.
[80] CALÓGERAS, J. Pandiá. *A política exterior do Império – O primeiro reinado*. Ed. Fac-similar. Brasília: Editora do Senado Federal.
[81] TITARA, L. Santos. *Memórias do Grande Exército Libertador do Sul da América*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1950.
[82] Carneiro, op. cit.
[83]*Apud* Carneiro, op. cit.
[84] COSTA, Sérgio P. M. Valioso empate. Revista de História da Biblioteca Nacional. Ano 6, nº 70, p. 26-27.
[85] Idem.

marquês retornar para o comando, no entanto, isso não ocorreu. A direção das forças brasileiras migrou depois para as mãos de Lécor[86].

Wiederspahn afirma que após a batalha do Passo do Rosário, encerrou-se uma fase da campanha, que ele chama de "Campanha de Ituzaingó"[87], e se iniciou outra, a chamada "Campanha do Jaguarão", caracterizada pela tentativa de "cobertura de nossas fronteiras sulinas em torno do único ponto da província, o de Rio Grande"[88] além da tentativa de expulsar a invasão de Missões empreendida por Rivera. Esta agressão, feita em março de 1828, foi a mais séria depois a batalha do Passo do Rosário e foi resolvida definitivamente depois da assinatura do tratado de paz de 1828.

As demais atividades do resto do ano de 1827 e 1828 foram pequenas e localizadas, devendo-se principalmente às tentativas de roubo de gado e cavalos da província de S. Pedro. Foram pequenas escaramuças e não um movimento geral de ocupação ou tomada do território brasileiro, com exceção à referida invasão de Missões.

As hostilidades continuaram até que em começos de 1828 a exaustão de guerra levou ambos os países à mesa de negociações. Foram enviados pelo governo das Províncias Unidas os generais Juan Ramon Balcarce e Tomás Guido. O lado brasileiro foi representado pelo marquês de Aracaty, o desembargador José Clemente Pereira e o tenente-general Joaquim de Oliveira. A mediação foi feita por LordPonsomby, enviado inglês.[89]

As bases da paz foram feitas com a "cessão de todo e qualquer direito das Províncias unidas sobre Montevidéo, e a separação desta do Brasil para se constituir em Estado autônomo e soberano".[90] Pelo tratado, o Brasil outorgava a independência à Cisplatina, permitindo-lhe adotar a forma de governo que conviesse a seus habitantes, com o que as Províncias Unidas concordaram; determinava-se também que ambos os contratantes, ao que se somaria a Inglaterra, seriam os garantes da integridade e da

[86] Carneiro, op. cit.
[87] Uruguaios e argentinos utilizam a expressão "Batalha de Ituzaingô" ou "Ituzaingó" para se referir à Batalha do Passo do Rosário. DONATO, Hernâni. *Dicionário das Batalhas Brasileiras.* Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed. São Paulo: IBRASA, 2001, p. 395.
[88] Wiederspahn, op. cit., p. 287.
[89] Calógeras, op. cit., p. 458.
[90] Idem.

independência do novo país. A isso se acrescentou a retirada de tropas dos territórios invadidos e o fim do bloqueio naval.[91]

A Inglaterra intentava, com a criação da nova república, garantir a internacionalização dos rios interiores do continente e esperava atenuar as tensões entre o Império e as Províncias Unidas ao se diminuir a área de fronteira. Nas palavras de LordPonsomby, colocava-se "um algodão entre dois cristais"[92].

## 2.2 **Os soldados-cidadãos em campanha: o recrutamento e a deserção durante o conflito Cisplatino;**

Iniciada a guerra no Sul, o governo imperial tomou medidas para recompor as forças na região, visto que haviam sido praticamente desbaratadas durante a rebelião do ano de 1825. Que medidas poderia o Estado tomar para preencher suas fileiras? De acordo com Fábio Mendes, existiam seis formas possíveis: a utilização de forças mercenárias estrangeiras, o engajamento de voluntários, o re-engajamento de veteranos, a conscrição forçada, o destacamento de milícias – tropa de 2ª linha – ea manumissão de escravos para servirem nas forças armadas.[93]

Para lidar com estas tarefas, o Estado brasileiro, em formação e com diminutas capacidades para organizar seu aparato burocrático, utilizou-se de duas formas de administração indireta, quais sejam, liturgias e mercados. Entende-se liturgias como

> formas de provisão de serviços administrativos por quaisquer tipos de poderes intermediários com seus próprios recursos. *Liturgias* implicam prestações administrativas não remuneradas e voluntárias por *notáveis* locais, conformando uma modalidade de *administração indireta*. Sua prática administrativa se caracterizará pelo diletantismo, pela mobilização de recursos e prestígio próprios, pela cristalização de tradições locais de fixação de gravames, pelo domínio dos processos orais sobre as regras escritas, e pela busca constante de resultados consensuais negociados. (...) A obediência aos mandatos do poder central será, entretanto, altamente problemática, dada a reduzida especificação da locação de deveres e obrigações (...). As diretivas do poder central serão objeto de contínua *tradução local* pelos notáveis.[94]

[91] Idem, p. 458-459.
[92] *Apud* DORATIOTO, Francisco M. *Maldita Guerra.* São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 45. Ao contrário do que o enviado inglês esperava,a criação da República Oriental do Uruguai acirrou ainda mais as rivalidades entre o Império e a Argentina.
[93] Mendes, op. cit., p. 47.
[94] Idem, p. 17.

Um exemplo bastante claro do uso de liturgia para o recrutamento neste período foi a mobilização de milicianos executada pelo Barão de Cerro Largo na província de Rio Grande de São Pedro do Sul.

Mercado, por sua vez, é

> Um modo de provisão de necessidades administrativas que recorre a meios de administração sujeitos a transações de livre compra e venda. (...) *mercados* tipicamente envolverão a contratação de empreendedores independentes para prover vários tipos de serviços públicos, quando são indisponíveis, custosos ou ineficazes os meios administrativos à disposição do poder central. *Mercados* como formatos administrativos seriam utilizados em amplo espectro de atividades, tais como a contratação de impostos e monopólios, a venda de cargos e imunidades, o agenciamento de mercenários, a formação e suprimento de exércitos.[95]

O imperador mandou contratar alemães para o Exército imperial já no ano de 1823 e arregimentou irlandeses em 1827. Deve-se destacar que não foram contratados somente praças, mas também oficiais, como o marechal Brown, que atuou, junto com Barbacena, na Campanha Cisplatina. Estes batalhões de mercenários se sublevaram em junho de 1828, em decorrência do atraso de pagamento e dos maus tratos a alguns soldados. A partir deste incidente, as pressões pelo fim da participação deles no Exército tornaram-se crescente dentro do Parlamento e nas ruas, resultando na extinção destes batalhões dois anos mais tarde. Deve-se, contudo, fazer uma sutil diferenciação entre esse serviço mercenário no Império e o emprego de mercenários em outros lugares e períodos. Como disse o deputado Cunha Mattos:

> Há muita diferença entre os corpos chamados estrangeiros do Brasil, e os corpos estrangeiros que servem como auxiliares em alguns países na Europa! Os estrangeiros auxiliares, como eram os do duque de Brunswich na Inglaterra, combatiam debaixo das bandeiras, cores e divisas dos seus príncipes, e entre nós os soldados estrangeiros militam debaixo das bandeiras do império do Brasil.[96]

Eis um indício de diferença entre um exército de *métier* e a força armada imperial. Não representavam tal ou qual casa alemã ou irlandesa, mas antes a causa

[95] Idem, p. 17-18.

[96] ACD, sessão de 8 de agosto de 1827, p. 81. Em agosto de 1828, o deputado Bernardo Pereira de Vasconcellos disse que estes mercenários haviam jurado à casa de Bragança, afirmando, assim que deviam obediência antes ao imperador do que à nação, representada, neste caso, pelo Parlamento. Contudo, deve-se ter em mente que tal fala se enquadra na crise institucional instaurada entre a Coroa e a Câmara dos Deputados e buscava criticar o monarca. Fosse o caso de terem jurado ao imperador, de modo diferente dos demais soldados brasileiros, a dissolução de tais forças não teria sido realizada a mando do poder legislativo, com um projeto de lei da segunda legislatura, em 1830.

nacional brasileira. Muitos destes estrangeiros tinham o intuito de adotar o Brasil como seu novo lar e tomavam o serviço militar como pagamento da viagem para cá:

> O grosso dos nossos mercenários foram mesmo os alemães recrutados por Schaeffer; colonos que, fugindo da hedionda miséria europeia, sujeitavam-se ao serviço militar brasileiro, por algum tempo, como forma de pagar a viagem para cá, e cujo manifesto interesse eram campos e lavouras. A rigor, nem poderiam ser enquadrados como mercenários (...).[97]

No que se refere ao recrutamento dos cidadãos brasileiros, algumas questões importantes devem ser tratadas de modo a se diferenciar, mais uma vez, o exército imperial do primeiro reinado das forças armadas europeias do Antigo Regime. Três momentos da primeira legislatura são esclarecedores neste sentido: a discussão sobre a necessidade de distinguir voluntários de recrutas forçados, os discursos acerca dos maus tratos aos recrutas que se dirigiam à guerra no Sul e por fim, as exposições sobre o uso de tropas milicianas como tropas de 1ª linha.

Em 3 de agosto de 1826, entrou em pauta na Câmara dos Deputados uma lei de recrutamento, levando os deputados a se posicionarem sobre a diferenciação legal entre soldados recrutas e soldados voluntários. Até aquele momento, os voluntários serviam menos tempo que os forçados e gozavam de melhor reputação entre a soldadesca. Esta distinção tornou-se ponto de polêmica entre os parlamentares. Os que defendiam a dessemelhança entre as duas categorias alegavam que ao se valorizar o engajamento voluntário os homens se apresentariam espontaneamente à função. Em suas opiniões, este tipo de alistamento aumentaria a quantidade e a qualidade dos soldados presentes no exército. Dessa forma, argumentavam, o voluntariado denotaria maior virtude dos cidadãos, evitaria as deserções e o horror ao serviço e animaria a mocidade a se alistar.[98] Isto somente ocorreria, no entanto, se o governo mantivesse sua parte do acordo e permitisse a saída dos soldados ao fim do serviço:

> Ora, é duro, é bárbaro, que tendo-se verificado a condição deste contrato, continue o cidadão a jazer no cativeiro, e por um indeterminado tempo a arbítrio do governo, ou do seu chefe! O soldado quando entra na linha do exército, forma um verdadeiro contrato com o governo, dizendo – eu me alisto para servir tantos anos, findos os quais não terei mais obrigação de ficar unido a estas bandeiras.[99]

---

[97] LEMOS, Juvência Saldanha. *Os mercenários do Imperador*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1996, p. 115.
[98] Ideias apresentadas pelo deputado Cunha Mattos em diferentes sessões.
[99] Discurso do deputado Lino Coutinho. ACD, sessão de 3 de agosto de 1826, p. 21.

Aqueles que defendiam a unidade de tratamento entre os alistados, dentre os quais se destacou o deputado Almeida e Albuquerque, por sua vez, argumentavam que era dever de todo o cidadão acorrer às armas em defesa de sua pátria e que, portanto, não existiria, pela lógica, soldado voluntário. Como disse o parlamentar:

> Sr. presidente, todos os cidadãos são obrigados a servir nas armas, e só motivos muito particulares podem dispensar a um, ou outro em especial, logo não há soldado voluntário todos servem por obrigação, só podem ser dispensados aqueles, que por bem da mesma nação a lei isenta (...). Eu só admitiria diferença entre o soldado, que tivesse alguma ocupação, e soubesse alguma arte útil, e aquele que não possuísse esta qualidade, porque o primeiro saindo das armas vai ser um cidadão muito útil ao estado, e este facilmente se pode entregar à ociosidade.[100]

Esse discurso do deputado Almeida e Albuquerque evidencia a complexidade do período. Ao mesmo tempo em que descortina ideários e conceitos ligados à cidadania deixa vestígios de antigas práticas no trato com a soldadesca. Somente o cidadão produtivo deveria ser alvo de algum beneplácito do governo, já os "vadios", como eram referidos os homens sem ocupação fixa, deveriam ser recrutados e mantidos no exército, de maneira a discipliná-los, transformá-los em súditos úteis e, como corolário, "limpava-se" as cidades de suas presenças.

Neste sentido, pode-se entender as *Instruções* de 10 de julho de 1822 para o recrutamento na província do Rio de Janeiro. Criadas no contexto da Independência, elas definiram e consolidaram as formas de conscrição até o fim do Império, marcando um processo de "desuniversalização" do serviço militar e fazendo com que a distribuição do ônus da defesa da nação recaísse desigualmente entre os diversos setores sociais. Tamanha era a quantidade de isenções prescritas – e que durante o período imperial foram sendo alargadas – que o Deputado João Saturnino de Brito, em 1837, denominou esta lei como a do "não-recrutamento".[101]

> As instruções de 1822 estabeleciam um sistema de recrutamento que dava amplo reconhecimento à preeminência social e à utilidade de certos tipos de atividade econômica. (...) O ideal do recrutamento combina garantias aos prováveis desamparados pelas levas – viúvas, os órfãos, os casados, os filhos únicos – com os interesses da lavoura, mineração e artes. O mosaico de distinções garantindo "imunidades" e "liberdades" particulares e o objetivo de evitar que o recrutamento levasse à perturbação da vida econômica em uma ordem concebida corporativamente acabam por bloquear, em princípio, qualquer possibilidade de interpretação universalizante da obrigação militar. A

[100] ACD, sessão de 3 agosto de 1826, p. 22.
[101] *Apud* Mendes, *Recrutamento...*, p. 32.

> orientação fiscal tipicamente patrimonial dominava o modo de governança da prestação militar, buscando as linhas de menor força no "abastecimento" de homens. Minuciosa na enumeração das isenções, as instruções deixavam em aberto os requisitos a que deviam satisfazer os recrutáveis, com critérios vagos e manipuláveis, deixando ampla margem de arbítrio à interpretação dos executores. As isenções representavam o correlato legal e algo mais seguro da estratégia de evasão mais simples: a fuga.[102]

O debate quanto ao engajamento voluntário chama a atençãopara a questão da honra como motivação para o serviço militar[103] e fator de contraste entre forçados e voluntários.

Em exércitos aristocráticos, a hierarquia militar duplica a hierarquia social, logo, "o oficial é nobre, o soldado é servo, um comanda, o outro obedece."[104]Assim, se por um lado, limita-se a possibilidade de ascensão da soldadesca, por outro, restringe-se o da própria oficialidade, posto que esta, alcançar o *status* e o posto que deseja, estagna. Para resolver este problema, reformadores militares, como o britânico Henry Lloyd e os portugueses Rodrigues Carneiro e Matias Aires, destacaram, por um lado, o papel social da ambição e da vaidade como fontes de ação e, por outro, o do mérito como princípio de legitimidade de ascensão social.[105]

Lloyd afirmou que o homem é guiado por um princípio de ação que é o amor pela superioridade e sugere seis eixos de estímulos sociais, entre os quais tem preeminência a honra e a vergonha.[106] Dentro desta perspectiva, os homens, movidos pela ambição, agiriam esperando uma remuneração. Esta, contudo, não se manifestaria apenas em seu aspecto material, mas também pelo reconhecimento. Partindo desta ideia, Carneiro sugere uma nobilitação geral do serviço das armas a partir da instituição do serviço voluntário. Como assinala Costa:

> A adoção voluntária do serviço militar é, com efeito, um sinal distintivo. Os soldados nobres referem-se a si mesmos como "soldados voluntários", o relato dos primórdios dos seus serviços assinala-os como tendo "assentado praça voluntariamente...", a

[102]Mendes, Encargos, privilégios e direitos..., p. 122-123.
[103] LYNN, John A. Forum: Toward an Army of Honor: the moral evolution of the French Army, 1789-1815. Em: *FrenchHistoricalStidues*, Vol. 16, No. 1 (Spring, 1989), p. 162. Disponível em: http://www.jstor.org/discover/10.2307/286437?uid=3737664&uid=2129&uid=2&uid=70&uid=4&sid=21101292161127. Acessado em 01/10/2012.
[104] Costa, O bom uso das paixões..., p. 1001-1002.
[105] Idem, p. 990-991.
[106] Idem, p. 991.

> nobreza reage sempre mal a ser enquadrada com os constrangidos e a qualquer sinal de obrigação.[107]

Este aspecto distintivo do serviço voluntário manteve-se no período imperial, Aos engajados voluntariamente, a legislação oferecia uma série de vantagens. O tempo de serviço deles era menor se comparado com o dos recrutas e recebiam maiores rações e soldos. Além disso, gozavam de maior estima pública.[108] A prática do engajamento voluntário era comum entre aqueles que buscavam reconhecimento na caserna. Isto pode ser observado discursos de deputados advindos da classe militar, como, por exemplo, Cunha Mattos, ao demarcarem sua identidade de voluntário e não de recruta forçado.

Estes pequenos e sutis sinais de distinção eram muitos importantes em uma sociedade tão marcadamente hierarquizada. Na classe militar isso se tornava mais significativo uma vez que o *status* de recruta forçado, no Brasil, assemelhava-se bastante ao de escravo. Estes recrutas por vezes ficavam longo período de tempo sem receber seus soldos, exerciam serviços manuais pesados e recebiam castigos físicos muito parecidos com os que sofriam os cativos, sendo o mais comum deles a "pranchada" de espada. Como o próprio deputado Cunha Mattos atestaria: "A pior desgraça em todo o universo é ser recruta no Brasil. É uma punição. Um soldado comum é considerado um escravo miserável".[109]

As discussões sobre o modo como o recrutamento se dava abriram espaço para a defesa dos direitos dos cidadãos. Em suas falas, os parlamentares combateram os abusos cometidos pelas autoridades responsáveis pelo recrutamento. Os desagravos foram das mais variadas espécies e municiaram os deputados contra as autoridades locais responsáveis e, em último caso, contra os ministérios. Comumente era denunciado o fato dos recrutas serem transportados acorrentados até o Rio de Janeiro; a violência que chegava a estimular frequentes casos de automutilação; assim como a fome e os maus-tratos gerais pelo quais passavam os soldados.

---

[107] Idem, 1001-1002.
[108] Mendes, op. cit., p. 49.
[109] *Apud* Mendes, op. cit., p. 44.

Alguns casos se destacaram neste contexto, como o apresamento em massa realizado em Minas Gerais durante o feriado de *Corpus Christi*.[110] Acerca deste incidente o deputado Vergueiro chegou a afirmar que

> O governador das armas da província de Minas Gerais, ou quem quer que foi [que ordenou que se realizasse o recrutamento dessa forma], atacou a liberdade individual e pública, e menoscabou todas as garantias do cidadão: é um ato de puro absolutismo, que se acaba de perpetrar (...). O que agora se pretende fazer é propugnar pelas garantias constitucionais, e pela liberdade dos cidadãos. Na verdade convidar homens para uma procissão, cercá-los, e prendê-los, para virem acorrentados para o Rio de Janeiro, é a maior traição e barbaridade que se pode cometer.[111]

A síntese máxima das práticas realizadas para o recrutamento de soldados foi proferida pelo deputado Vasconcellos: "Nós sabemos que se oferecem ao governo homens, como se oferecem porcos....".[112]Os representantes se convenceram de que estes subterfúgios utilizados para se realizar o recrutamento eram a causa do horror ao serviço das armas, reduziam as províncias a "deserto" de população e transformavam seus habitantes em selvagens. A continuidade desses procedimentos levaria, em fim último, ao aniquilamento da agricultura e da indústria no Império.

Outro acontecimento de grande repercussão nesse momento foi a morte de 553 recrutas cearenses no navio que os levava ao Rio de Janeiro. A mortandade foi tão elevada que os representantes observaram que os escravos eram melhor tratados nos tumbeiros vindos da costa da África.[113] Mais uma vez, culpava-se os responsáveis locais pela conscrição – os "vermes de comandantes"[114]. O transporte e tratamento destes soldados foram assim caracterizados:

> Tem-se pegado nos desgraçados cearenses, tem-se remetido a bordo como rolos de tabaco (*apoiado*) ou caixas de açúcar (*apoiado*), uns sobre os outros nos porões dos navios. Têm vindo para o Rio de Janeiro sem serem vacinados e quais serão os resultados de tão criminosas arbitrariedades? Veremos as províncias do Ceará, S. Paulo, Minas Gerais, finalmente, Sr. presidente, todas as províncias ficarem desertas, se assim continuar (...).[115]

E o deputado Moura encarregou-se de descrever a situação crítica da província:

---

[110] Tal incidente aconteceu em várias cidades de Minas Gerais e foi denunciado pelo deputado Bernardo Pereira de Vasconcellos em junho de 1826. Dado que o evento ocorreu ao mesmo tempo em muitos lugares, supuseram que poderia ter sido por ordem superior. Não se conseguiu confirmar a hipótese.
[111] ACD, sessão de 16 de junho de 1826, p. 161.
[112] Idem, p. 162.
[113] Afirmações feitas pelos deputados Vergueiro, Albuquerque e Cunha Mattos em sessão de 11 de maio de 1826. ACD, p. 42-43.
[114] Deputado Cunha Mattos. ACD, sessão do dia 11 de maio de 1826, p. 42.
[115] Deputado Cunha Mattos. ACD, sessão de 10 de agosto de 1826, p. 100.

> A província do Ceará se acha na maior desgraça possível; dois terços dos seus habitantes estão foragidos, e o estado de apuro e necessidade a que se acham reduzidos, tem feito ladrões ratoneiros e salteadores, e o resto da província se acha desamparada, sem poder sustentar a sua propriedade: há mortes diárias pelas estradas, o que nunca aconteceu no Brasil, e o recrutamento tem dado causa a isto no Ceará!!![116]

Na sessão do dia 10 de agosto de 1826 foi apresentado parecer da comissão de constituição que pedia informações ao governo sobre as providências tomadas para mitigar os sofrimentos dos cearense. Emendas foram apresentadas ao parecer para que cessasse por completo o recrutamento no Ceará e que se impedisse o governo imperial de aumentar o número de homens no Exército, posto que era prerrogativa do Parlamento fixar as forças de mar e terra anualmente, tal como previa o artigo 15, parágrafo 11 da constituição imperial. Como explicou o marquês de São Vicente:

> O Estado demanda, pois, a existência e conservação de forças permanentes de mar e terra; mas quem deverá fixa-las? Para levantá-las e mantê-las é indispensável exigir do povo um certo número de homens, ou por outra, uma contribuição de sangue e liberdade; é portanto necessário ouvi-lo e obter seu consentimento por meio de seus representantes; é uma atribuição legislativa. Acresce ainda que a maior ou menor quantidade de forças importa maior ou menor despesa ou sacrifício dos contribuintes, maior ou menor desfalque na produção. Uma força excessiva pode mesmo ser perigosa, ameaçar as instituições e as liberdades públicas. Conseqüentemente a lei e só a lei é quem deve determinar, fixar a quantidade das forças, tanto de mar quanto de terra. (...) nos governos constitucionais nenhum poder tem o direito de levantar força alguma senão em virtude da lei e nos precisos termos dela; se os ministros tivessem essa atribuição poderiam onerar o Estado e comprimir suas liberdades. A fixação das forças deve ser, pois, proporcionada às necessidades; e como estas são móveis, ou variáveis, por isso mesmo ela deve ser ânua, e nunca determinada senão depois da precisa informação do governo. É este quem está mais habilitado para calcular, ou antes reconhecer a quantidade necessária; é ele quem responde pela segurança interior e exterior do Estado; deve pois apresentar a respectiva proposta.[117]

Essas informações do governo, contudo, não foram fornecidas durante os anos de 1826 e 1827 – precisamente no período da guerra da Cisplatina. Informações esparsas chegariam somente no ano de 1828. Tal fato impossibilitou os parlamentares de cumprirem esse dever constitucional.[118] Somava-se a isto outro desconhecimento: a ausência de estatísticas populacionais das províncias do Império. Essas insciências incapacitavam o estabelecimento de um justo sistema de divisão dos encargos militares

---

[116] Idem, p. 101.

[117] BUENO, José Antônio Pimenta. *Direito Público brasileiro e análise da constituição do império.* Brasília: Senado Federal, 1978, p. 93-94.

[118] A demora dos ministros em apresentarem os dados exigidos pelo Parlamento levou-o a criar uma lei em 1830 determinando que os ministros da guerra e da marinha teriam até o dia 8 de maio, cinco dias depois da abertura da Assembléia Geral, para apresentarem seus relatórios. Bueno, op. cit., p. 94.

entre as regiões do país e acabavam por sobrecarregar umas em benefício de outras, como mostra o caso do Ceará.

Se, por um lado, a fixação de forças terrestres e marítimas era atribuição da Assembleia Geral, a iniciativa sobre o recrutamento era prerrogativa exclusiva da Câmara dos Deputados. Pimenta Bueno explica-nos o porquê desta distinção:

> A Constituição, dando em geral a cada uma das câmaras a iniciativa das leis, fez todavia algumas exceções a esse princípio, em vista de maior segurança das liberdades públicas. Os impostos e o recrutamento são dois gravames que pesam muito sobre os povos, são dois graves sacrifícios do trabalho ou da propriedade, do sangue e da liberdade, são dois assuntos em que a nação demanda toda a poupança, meditação e garantias. Para robustecer essas garantias deu a lei fundamental a inciativa a respeito à Câmara dos Deputados, como seus representantes mais imediatos, como aqueles que devem ser os mais independentes da influência ministerial e mais dependentes dos povos, com quem estão em contato permanente e de cujas afeições e confiança depende a sua reeleição ou sua desautoração desde que olvidem seus deveres. (...) Esse privilégio da proposição, essa prioridade de exame, de discussão e de voto, exerce grande influência. Dá aos Deputados uma esfera superior de atividade, uma força maior na fiscalização desses sacrifícios, e dos serviços públicos que estão com eles ligados. A manifestação de suas opiniões a respeito atua como a manifestação das idéias imediatas do país, de suas localidades.[119]

Sendo assim, o Executivo somente poderia ordenar a conscrição de homens uma vez que a Câmara dos Deputados lhe autorizasse. Contudo, como não havia estabelecido o total de homens de mar e terra até 1829 e nem conhecia os efetivos totais das forças armadas, grande parte dos parlamentares se mostrou contrária à continuação dos recrutamentos para a primeira linha do Exército, ainda que o país estivesse em guerra. O Executivo, porém, baseava-se no artigo 146 da constituição, que dizia: "Enquanto a assembléia-geral não designar a força militar permanente de mar e terra, subsistirá a que então houver, até que pela mesma assembléia seja alterada para mais ou para menos."[120] Na visão dos deputados, o ministério protelava em fornecer as informações ao Parlamento, impedindo-o de fixar o número total de homens para o Exército. Uma vez que tal não era feito, continuava a recrutar, a pretexto de preencher as fileiras existentes. Pode-se questionar, entretanto, se o ministério efetivamente possuía as informações requeridas pelos representantes brasileiros.

> O Estado imperial detém capacidades independentes de monitoramento, coleta de informações e implementação de políticas

[119] Bueno, op. cit., p. 110-111.
[120] Bueno, op. cit., p. 501.

> muito limitadas. A carência primeira que bloqueia a racionalização das rotinas administrativa, e em particular os processos de recrutamento, deriva do desconhecimento dos contornos de território e população, os *horizontes de invisibilidade da população*. A ampliação das capacidades extrativas e regulatórias do Estado esbarra na incapacidade de realizar censos, (...) e, em consequência, tributar e recrutar de forma eficiente e equitativa.[121]

Outra saída utilizada pelo governo para preencher as vagas foi o uso das milícias como soldados de 1ª linha. A respeito disso, houve interessante debate na sessão de 14 de junho de 1826. Neste dia, a comissão de marinha e guerra da Câmara dos deputados emitiu um parecer negativo acerca de projeto de lei que pretendia isentar os milicianos agricultores do serviço militar de março a maio e de setembro a novembro de cada ano. A comissão concluiu que dada a ignorância acerca dos efetivos do Exército e das necessidades prementes da guerra, o Parlamento não poderia votar a matéria naquele momento e propôs seu adiamento. Nos votos favoráveis e contrários à proposta, os parlamentares exprimiram suas opiniões sobre as forças milicianas.

Alguns deputados, dentre eles Lino Coutinho, argumentavam que o serviço dos milicianos deveria ficar restrito à sua província, o que correspondia à sua destinação original. Caberia a ela manter a ordem no interior do Império e não fazer o ataque à nações externas. Dessa forma, era injusto que os homens abandonassem seus lares e propriedades para lutarem fora de seu país sendo que não eram soldados recrutados da 1ª linha. Convinha usar-lhes somente em casos extraordinários, como numa invasão por inimigos. Observou-se isso na defesa do Rio Grande do Sul durante a Campanha Cisplatina. Uma boa descrição e ilustração do papel das milícias no Império é-nos fornecida por McBeth:

> *The militia was a non-salaried auxiliary force responsible for the maintenance of law and order within a given district. Officers chosen from among the civilian population commanded the militia units and, like their men, they were expected to serve without pay. Authorities assigned a few first line officers to each unit to direct organization and discipline. Although the militia was to be primarily an auxiliary organization, during periods of national emergency it could be mobilized and used as part or the regular army. During and after theCisplatine War (1825-1828), large numbers of militiamen served as regular soldiers to help fill the manpower shortage in the army.*[122]

O recrutamento de milicianos para estas tarefas fazia com que os homens fugissem, embrenhassem-se pelos matos e deixassem de trabalhar a terra. Isto,

---

[121] Mendes, Encargos e privilégios..., p. 133-134.
[122] MCBETH, Michael Charles. *The politicians vs. the generals: the decline of the Brazilian army during the First Empire*. University of Washington: dissertation for the degree of doctorship, 1972, p. 9

afirmavam os deputados, levaria à ruína da agricultura[123] e à destruição de famílias, repetindo as mesmas consequências do recrutamento forçado para a 1ª linha do Exército:

> Entre os gravíssimos males, que afligem o Brasil é de suma transcendência o vexame, que sofrem os milicianos, sendo tirados de seus trabalhos amiudamente para o serviço militar. Se a população não cresce, se muitas famílias se desmoralizam, se experimentamos grande carestia nos gêneros de primeira necessidade no meio de um terreno fértil, tudo isto e ainda mais procede, de que um crescido número de milicianos são arrancados diariamente de suas casas, obrigados a abandonar suas mulheres e filhos, sem lhes deixarem pão para comerem, e as suas lavouras, umas vezes nos tempos de plantar, outras no da colheita.[124]

A gravidade de tais acontecimentos era reforçada pelo fato deste tipo de recrutamento atingir a população útil, enquanto que o convencional estava focado nos "vadios". A condição de cidadão dos milicianos era outro dado que deveria ser considerado, como se pode perceber na fala do deputado Vasconcellos: "Se não há tropa de 1ª linha, proceda-se ao recrutamento, mas não se ataque o direito do cidadão, que na qualidade de miliciano não pode estar sujeito ao capricho de ninguém".[125] Mais uma vez, os homens que serviam nas forças armadas eram comparados aos escravos:

> Estes batalhões e esquadrões de milícias são esquadrões de desgraçados, piores que escravos, porquanto este tem um senhor, que lhes dá o sustento e vestuário; que os cura, etc., e o miliciano é obrigado ao serviço gratuitamente. Ele precisa plantar e colher para seu alimento, e é em tais ocasiões, que lhe diz o comandante – compareça, aliás cadeia – e se não comparece, tem de jazer na prisão 30 e 40 dias. Eu tenho visto milicianos presos por meses, porque não tem dinheiro para comprar uniformes, que se mudam frequentemente. Enfim todos sabem qual é a condição desgraçada desta pobre classe de cidadãos. (...) Todo o cidadão é obrigado, eu o conheço a servir a sua pátria, mas não a ser escravo de quem lhe não paga nem o sustenta.[126]

Questionando a isenção dos agricultores do serviço militar, o deputado Cavalcante de Albuquerque proferiu inflamado discurso em que denunciou o "despotismo" das autoridades do governo, não só no que se refere ao recrutamento, mas em várias facetas da administração. Em seu ponto de vista, o qual não se considera

---

[123] Este argumento é recorrente nos discursos e deve-se pelo fato de que a pauta de exportações do Império era composta de produtos agrícolas. Diz o deputado Baptista Pereira: "O que eu pretendo é a isenção dos lavradores nos seis meses de maior e indispensável trabalho por que eles são os que sustentam o Estado: quando aqueles perdem, este também perde." ACD, sessão de 14 de junho de 1826, p. 134.

[124] Deputado Clemente Pereira. ACD, sessão de 14 de junho de 1826, p. 131.

[125] Deputado Bernardo Pereira de Vasconcellos. ACD, sessão de 14 de junho de 1826, p. 132.

[126] Deputado Baptista Pereira. ACD, sessão de 14 de junho de 1826, p. 133.

isolado, credita caráter despótico a todos aqueles agentes do Estado que não respeitam os direitos dos cidadãos. Em suas próprias palavras:

> Nós não devemos proteger tão somente os agricultores, concedendo-lhes um privilégio exclusivo em dano das outras classes, em que vem a recair todo o peso do serviço. Os artistas também merecem proteção, para que entre nós se desenvolva o gênio da indústria, e se aumentem os ofícios mecânicos. Há outras classes na sociedade que merecem contemplação, e por isso é indispensável que se atenda á relação que entre elas há. Disse-se que os comandantes militares são déspotas... (*Apoiado!*) São déspotas os presidentes das províncias; déspostas são os ministros e juízes de fora; déspotas as autoridades eclesiásticas, são enfim déspotas todos aqueles que não conhecem os deveres do homem, que atropelam os direitos dos seus concidadãos, e desconhecem o império das leis.[127]

Ao se posicionarem sobre a forma de se proceder ao recrutamento, sobre o uso de milicianos nas tropas de 1ª linha e sobre o estatuto de voluntários e forçados, os deputados desvelaram uma face da mudança na maneira de se tratar os soldados: estes, como cidadãos, possuíam direitos guardados pela Constituição e não poderiam sofrer arbitrariedades de autoridades "despóticas"; como defensores da pátria, pagando o "tributo de sangue" ao Estado, deveriam ser valorizados e respeitados. Ainda que na prática as mudanças tenham demorado a aparecer, a ideia de uma nova instituição já despontava no recém-fundado Império.

O outro aspecto que começou a se modificar nesse momento se refere especificamente ao *ethos* do combatente. Se, como foi afirmado anteriormente, o desertor não era considerado, a priori, um covarde ou traidor, progressivamente ao longo do século XIX estas categorias se impuseram àqueles que fugiam do serviço das armas. Pode-se observar indícios de tais inovações nas cartas e ofícios do comandante em chefe do Exército do Sul durante o ano de 1827, o marquês de Barbacena.

Como foi dito anteriormente neste trabalho, Barbacena chegou à província de Rio Grande de São Pedro do Sul em finais de 1826 e liderou as tropas brasileiras na batalha do Passo do Rosário, a 20 de fevereiro de 1827. Embora a questão da vitória dos platinos neste embate seja controversa, no Parlamento brasileiro a retirada das tropas brasileiras foi encarada como um desastre militar e rendeu muitas críticas ao comandante imperial e ao ministro da guerra. Para justificar seu desempenho no comando durante o combate e as decisões que tomou, o marquês enviou uma série de

[127]Deputado Cavalcante de Albuquerque. ACD, sessão de 14 de junho de 1826, p. 134.

cartas e informes ao ministro da guerra, ao deputado Cunha Mattos, ao Imperador e a pessoas ligadas a ele, como, por exemplo, o Chalaça.

Em seu comunicado oficial sobre os acontecimentos de Ituzaingó, a 25 de fevereiro de 1827, o comandante iniciou sua narrativa afirmando que antes de se empreenderem as marchas para encontrarem os inimigos, os "filhos da província" afirmaram que, caso não fossem logo bater o inimigo, desertariam "aos centos, afim de irem porque cuidar, como eles próprios dizem, de suas vacas e famílias".[128] Contudo, ao serem atacados pelos argentinos, os milicianos arregimentados pelo Barão do Serro Largo, que estavam na vanguarda do Exército, fugiram "sem dar um tiro ou puxar pela espada. Não há exemplo de tanto terror pânico: aos gritos (...) fugiram tão cegos, aqueles covardes, que caíram sobre o 5º regimento e o puseram em grande desordem".[129] Depois desta confusão, os desertores roubaram as bagagens das tropas imperiais e as casas e estâncias próximas. Depois dos milicianos do general Abreu, abandonaram a batalha muitos outros soldados e oficiais. O marquês estimou que mais de 1500 homens desertaram durante o combate.[130] Em carta particular ao Imperador, também a 25 de fevereiro, afirmou que teria batido o inimigo

> a despeito de sua superioridade numérica, se não tivesse sido traído por tão considerável número de filhos da província, que todos me pareciam heróis pelas suas palavras antes da batalha, muitos dos quais se mostraram covardes e ladrões no dia do combate.[131]

Ainda depois da retirada do Passo do Rosário, as deserções continuaram e minguavam as forças do Império. Barbacena tentou, então, recompor suas fileiras com homens da província, mas a situação chegara a tal ponto que

> se o Presidente o continuar [o recrutamento], a província ficará povoada unicamente de desertores, ou cúmplices de deserções. Presentemente já não há quem prenda desertores, ou se atreva á fazer recrutas. (...) O terror pânico e desmoralização nos filhos da província vai de mal a pior.[132]

Estes homens desertavam para cuidar de suas famílias e propriedades, a mesma razão que impelia os recrutáveis a escaparem do serviço das armas e o motivo pelo qual a população acobertava este crime. Também se pode considerar que fugiam porque ainda que tivessem a fama de guerreiros, não eram propriamente soldados. O marquês

[128] *RIHGB*, p. 499.
[129] Idem, p. 507.
[130] Idem, p. 508.
[131] Idem, p. 514.
[132] Idem, p. 527.

chegou a compará-los aos cossacos, em decorrênciado roubo às bagagens – uma pilhagem – e da fuga diante do avanço de uma tropa ordenada e disciplinada.[133] Como afirmou o Barão do Rio Branco acerca da fuga dos milicianos do Barão do Serro Largo:

> os famosos feitos de Abreu à frente de tropas irregulares tinham sido sempre contra tropas irregulares. O inimigo que se ia combate havia sido convenientemente instruído por chefes experimentados e de reconhecida capacidade.[134]

Para resolver a séria questão da deserção e da insubordinação, o marquês propunha maior disciplina ao Exército a ser alcançada por "castigos exemplares"[135]. Recomendava entre outras coisas o sequestro de bens dos fugitivos:

> Este mal [a deserção] não poderá curar-se sem o vesicatório do sequestro de bens nos que desertam, e nos que dão couto. A Constituição não quer sequestro, e declaram que todos têm obrigação de defender e servir á pátria, esqueceu-se de declarar que direitos perdem aqueles que o não fizerem. Uma lei semelhante é indispensável, porque a pena de morte não pode ser aplicada a mais de 4000 indivíduos, que a tantos pelo menos montam os desertores nesta província.[136]

Sem disciplina, as tropas locais, por mais que possuíssem a "valentia dos salteadores" e a "destreza dos Espartanos"[137], não mereceriam "a menor confiança"[138]. O comandante acreditava que somente pela interiorização de uma forte disciplina é que os milicianos gaúchos poderiam se tornar, de fato, soldados, ou seja, homens armados e obedientes com os quais se poderia manobrar taticamente, esperando realizar um ataque regular.

> E como regenerar tal gente; como organizar um verdadeiro exército de semelhantes elementos? Só com a disciplina, incutida pelo temor da punição. Enquanto não houver disciplina e instrução nas tropas da província, para o que é preciso algum tempo e constante apoio do Governo, não conte V. Exa. com eles para ataques regulares.[139]

A concepção de disciplina militar informada por Barbacena em seus textos alinha-se à doutrina prussiana e às reformas empreendidas pelo Conde de Lippe em

---

[133] Keegan, ao expor a visão de Clausewitz sobre os cossacos, diz: "Provavelmente sentia desprezo por eles, pois, como observou um oficial francês, 'quando defrontamos abertamente com eles, jamais oferecem resistência (...). Os cossacos, em resumo, eram cruéis para com os fracos e covardes diante dos bravos, exatamente o padrão oposto de comportamento que um oficial e cavalheiro prussiano aprendera a observar." KEEGAN, John. *Uma história da guerra.* São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 26.
[134] *Apud* ANÔNIMO. *Contribuições para a História da Guerra entre o Brasil e Buenos Aires*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1946, p. 231.
[135] *RIHGB*, p. 533.
[136] Idem, p. 530.
[137] Idem, p. 520.
[138] Idem, p.515.
[139] Idem. P. 528.

Portugal. Embora a noção da disciplina dos soldados e oficiais tenha começado a se desenvolver já no século XVI, foi na Prússia que a ideia de obediência, vigilância e punição para os transgressores foi rigidamente implementada. Em essência,

> A *obediência* torna-se (...) o eixo do sistema disciplinar militar, dado encontrar-se este assente na definição rigorosa das hierarquias e das competências, reproduzindo formas de comando e de submissão. Tomando o sentido mais profundo da obediência como sendo o acto que concretiza a dependência, diante de um interesse que é apresentado como comum, da vontade de outrem, executando ordens e modificando comportamentos em face das suas regras, poderá entender-se o seu papel crucial na elaboração disciplinar. (...) Nesta relação fundamental entre o desenvolvimento da disciplina militar e os laços de comando e de obediência deve porém falar-se de uma disciplina *manifesta* (a ordem treinada e imposta), e de outra íntima, *secreta* (a formação desse complexo que determina interiormente o comportamento do soldado). A primeira irá desenvolver-se por intermédio da subordinação imposta no relacionamento entre os indivíduos, e destes com as instituições, passando pelo modelamento dos combatentes ao desenvolvimento táctico e ao equilíbrio sociopolítico, e ainda pela prevenção e castigo de toda a divergência ou evasão em relação a este propósito. A outra trata de uma obediência interiorizada, do moldar do indivíduo de maneira a poder envolvê-lo, ordeiramente, naquela primeira forma de condicionamento.[140]

Por tal doutrina, os oficiais são vistos como os principais responsáveis pela disciplina das tropas sob seu comando. Barbacena apontava para este aspecto quando narrava com espanto a deserção de oficiais do campo de batalha juntamente com os soldados.[141] E da mesma maneira que se decepciona com estes desertores, faz questão de elogiar oschefes militares que fizeram seu papel, mantiveram as tropas em formação durante todo o embate e efetuaram a retirada ordenadamente.[142]

Quando as críticas feitas pelo marquês aos gaúchos chegaram à Corte inflamaram grandes discussões entre os parlamentares e seu comando foi duramente criticado. Logo nas primeiras sessões de 1827, a 18 de maio, o deputado Xavier Ferreira propôs uma indicação ao governo para que este levasse em consideração o estado deplorável em que se encontrava a província do Rio Grande de São Pedro do Sul. Embora a indicação tenha sido descartada, haja vista que era desnecessário recomendar

---

[140]Bebiano, A arte da guerra, p. 144.

[141] Dois exemplos claros são seus comentários acerca dos 27 oficiais que fugiram da Batalha do Passo do Rosário e do extravio de um tenente-coronel com 200 soldados da brigada de Bento Gonçalves, logo após a mencionada batalha.

[142] Em carta particular ao Imperador, menciona os vários oficiais que, em sua opinião, deveriam receber promoções por sua corajosa atuação. Como ele afirmou: “Não cabendo minha jurisdição promover os senhores oficiais de tenente-coronel para cima, foi meu primeiro cuidado levar seus nomes á presença augusta de Sua Majestade o Imperador, solicitando as mercês e graças de que são credores”. *RIHGB*, vol. XLIX, p. 517.

tal matéria ao ministério, propiciou o debate entre os deputados sobre os rumos que tomavam a guerra.

O mais veemente crítico das ações do comandante em chefe foi o deputado Cunha Mattos. Em longo discurso, disse que Barbacena havia cometido "muitos erros indesculpáveis"[143], que a retirada durante a batalha do passo do Rosário tinha sido desnecessária e que se tivessem despendido maiores esforços teriam vencido o embate. Sustentou a coragem dos milicianos gaúchos, afirmando que eles tinham que desertar para cuidar de suas propriedades uma vez que o Exército e seu comandante não estavam conseguindo fazê-lo.

> Aqueles homens nunca foram covardes! E é esta a primeira vez, em que para a desgraça do Brasil, aparecem as tropas do Rio Grande manchadas com o negro ferrete da covardia!! Quando se viu isso? Corpos valorosos em todos os tempos, e que serviram com generais, que ainda existem, e que tanto fizeram prosperar o império; hoje estão manchados com o negro ferrete da covardia!!! (...) bem se conheça que, se os negócios têm ido mal, não é por covardia das tropas da província do Rio Grande (*apoiado*). (...) Não é a coragem, Sr. Presidente, nem o amor à pátria que falta aos valentes soldados da província do Rio Grande; o que lhes falta é um chefe hábil, digno de comandar as tropas do Rio Grande de S. Pedro Sul. Não consintamos jamais que esse marquês chefe inábil a todos os respeitos, menoscabe uma tropa, que sofrendo as maiores privações sem pagamento, sem vestuário, e até falta de alimento, contudo, se conservou fiel aos seus deveres , e até agora ainda conserva em seu coração o amor á pátria constitucional.[144]

Ao que completou Lino Coutinho:

> O que temos nós visto desde a declaração da guerra? Desordens e mais desordens: não se vê um depósito, porque o que aqui há é *in nomine*: soldados bisonhos ou recrutas enviados á força, sem instrução ao campo da batalha um exército privado de tudo, sem roupa, sem sustento, sem soldo, sem cirurgiões e médicos, sem hospitais, sem botica; generais e empregados sem sabedoria, sem prática e sem caráter e como se diz que não há patriotismo; que a tropas do Rio Grande são covardes e fracas? Covarde e fraco foi o general que as comandou. (...) Em um dia se perde a glória de tantos tempos e isto pelo dito de um só homem, de um general fêmea, que nunca viu o fogo, que nunca combateu?[145]

Nestas críticas percebe-se, igualmente, a grande importância que davam ao papel dos oficiais. Ora, as tropas desertavam e insubordinavam-se porque seus comandantes não tinham capacidade e preparo para manejá-las. Se a escolha destes era feita pelo comandante em chefe e pelo ministério, em última análise, eram eles os verdadeiros

[143] ACD, sessão de 18 de maio de 1827, p. 121.
[144] Idem, p. 121-122.
[145] Idem, p. 123.

culpados pelos desastres na guerra. Esse tipo de raciocínio não foi elaborado por acaso. Ele surgiu no bojo das discussões sobre a lei de responsabilidade dos ministros, vista como essencial para mitigar os problemas públicos[146], forneceu mais argumentos para sua aprovação e deu munição para os deputados da oposição.

No mesmo sentido, os milicianos desertores, ao contrário do que afirmou Barbacena, não seriam traidores ou covardes e sim valentes guerreiros que apesar de todas as adversidades se juntaram à luta contra os platinos. As críticas feitas aos rio-grandenses contrariavam toda a história de guerras na região de fronteira aberta entre a América hispânica e a portuguesa, nas quais os gaúchos tiveram papel ativo e foram em grande parte responsáveis pelas vitórias conquistadas.

Na perspectiva de um exército em vias de profissionalização, a caracterização negativa feita pelo marquês de Barbacena aos trânsfugas fazia sentido, uma vez que fugir do Exército que defendia a causa nacional significava trair esta mesma causa. No mesmo sentido, dentro de uma ética militar que passava a valorizar a bravura e a coragem, abandonar uma luta, mesmo com grandes chances de derrota, tornava-se covardia.[147] De outro modo, o *esprit de corps* da instituição, ligando soldado a soldado em laços de camaradagem, deveria – de acordo com a moderna concepção de Exército inaugurada com as forças napoleônicas[148] – manter coesão interna da tropa. Essa união deveria ser forjada de tal maneira que um praça se sentisse envergonhado[149], em abandonar os colegas no momento em que a vida de todos estivesse em jogo e cuja permanência ou fuga do campo de batalha poderia determinar o sucesso ou o fracasso coletivo. Desvalorizava-se, assim, uma postura egoísta em prol do todo.

Apesar de interpretarem de maneiras divergentes as ações dos milicianos gaúchos e o significado de suas fugas, tanto os parlamentares quanto o comandante em chefe do exército já apontavam para mudanças significativas no que se refere à instituição militar imperial e já demarcavam, no plano do discurso, as diferenças entre essa e um exército de Antigo Regime.

---

[146]PEREIRA, Vantuil. *"Ao Soberano Congresso": Petições, Requerimentos, Representações e Queixas à Câmara dos Deputados e ao Senado – Os direitos do cidadão na formação do Estado Imperial brasileiro (1822-1831).* Universidade Federal Fluminense: Tese de Doutorado, 2008, p. 97.

[147]Como se refere Keegan à instituição militar durante a época de Clausewitz: "O verdadeiro trabalho da guerra na época de Clausewitz era realmente o matadouro. Os soldados ficavam silenciosos e inertes em fileiras para serem abatidos, às vezes durante horas (...)." Keegan, op. cit., p. 27.

[148]Lynn, op. cit., p. 157.

[149]SMITH, Adam. *Teoria dos Sentimentos Morais.* São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 167.

## Conclusão

Afinal, depois desta exposição, creio ser possível responder, ainda que de maneira circunscrita a alguns aspectos, à pergunta proposta no início deste trabalho. O Exército brasileiro do Primeiro Reinado foi um de Antigo Regime? Creio que consegui aglutinar elementos suficientes para responder que não. Cabe, contudo, outra questão: ele foi então profissional? Também a esta indagação convém uma negativa. Propõe-se então uma terceira pergunta, muito mais difícil de responder: como caracterizar esta força armada da década de 1820? Na introdução, posicionei-me favoravelmente ao conceito sugerido por Vitor Izecksohn, qual seja, de que o Exército brasileiro no contexto da Guerra da Cisplatina seria uma força militar pré-profissional, em vias de profissionalização.

Elenquei dois tipos de fonte e três debates coetâneos – sobre o recrutamento, sobre os milicianos e sobre a deserção – para indicar alguns caminhos de mudança. De um lado os discursos dos parlamentares da primeira legislatura, de outro, documentos produzidos pelo marquês de Barbacena quando à frente do Exército em campanha no Sul.

Percebi como argumento central dos representantes brasileiros que nos novos tempos do Império Constitucional – em que imperam as leis –, os cidadãos do Brasil, passivos ou ativos, possuíam direitos e deveres. Porquanto lhes fosse obrigatório a defesa da pátria e da nação contra ataques externos, não poderiam sofrer maus tratos das autoridades – seus concidadãos – quando de seu recrutamento ou enquanto serviam. Ações contrárias a estes direitos eram consideradas despóticas e deveriam ser punidas com todo rigor. Já aqui consigo discriminar duas diferenças em relação a um exército de Antigo Regime: nem os súditos da época moderna contavam com um direito positivo regulado, nem as autoridades, em sua maioria nobres, eram chamados para responder por supostos abusos cometidos como o eram os detentores de poder desse novo período.

Nas fontes produzidas pelo comandante em chefe do Exército do Sul, apresentaram-se novas formas de se pensar o soldado desertor, entendendo-o como traidor, e a própria formação do corpo militar, compreendido como disciplinado e obediente, ou seja, que necessita de treinamento e que se lhe inculque uma nova ética militar. Estas considerações estão ligadas às reformas empreendidas na Europa pelo exército prussiano e francês, ícones de um novo modelo de força armada. Como foi

visto anteriormente, num exército aristocrático do Antigo Regime, a deserção não era encarada como traição à nação, visto que este conceito como nós o entendemos foi gerado no século XIX. Por outro lado, pouca preparação teórica e prática era exigida dos oficiais e praças.

À guisa de conclusão, pode-se afirmar que as mudanças apareceram antes no plano do discurso do que na prática. Contudo, entendido como processo histórico esta modernização sofreu avanços e retrocessos, dinâmica imperceptível numa análise estanque que ignora os debates políticos e teóricos presentes naquele período. No entanto, não se pode esquecer que subjacentes às reformas empreendidas em meados do século estavam presentes estas discussões nas primeiras décadas dos Oitocentos. Cabe a futuros trabalhos nesta área esclarecerem melhor esta ligação.

**Fontes**

BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados. Anos 1826-1828. Disponível em: <www.imagem.camara.gov.br>. Acessado entre 15/08/2012 a 05/10/2012.

Instrucções que S. A. manda, pela secretaria de Estado dos negócios da guerra, remeter ao tenente general governador das armas desta corte e província, Joaquim Xavier Curado, para na conformidade delas se proceder ao recrutamento nesta mesma corte, e nos districtos da província, sendo enviadas aos respectivos comandas para seu governo. Disponívelem:<http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-F_62.pdf>, acessado no dia 15/08/2012.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1886, tomo XLIX, 1º volume. *História da Campanha do Sul em 1827*. Documentos anexos, p. 459-554.

**Referências Bibliográficas**

ANÔNIMO. *Contribuições para a História da Guerra entre o Brasil e Buenos Aires*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1946.

AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de (org). *Carlota Joaquina: cartas inéditas*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

BANDEIRA, Moniz. *O expansionismo brasileiro*. Brasília: Universidade Brasília, 1998.

BEBIANO, Rui. A arte da guerra In BARATA, Manuel T.; TEIXEIRA, Nuno Severiano (Dir.). *Nova história militar de Portugal. Vol. II*. Círculo de Leitores: Lisboa, 2004.

BUENO, José Antônio Pimenta. *Direito Público brasileiro e análise da constituição do império*. Brasília: Senado Federal, 1978.

CALÓGERAS, J. Pandiá.*A política exterior do Império – O primeiro reinado*. Ed. Fac-similar. Brasília: Editora do Senado Federal, 1998.

CARNEIRO, David. *História da Guerra Cisplatina*. Brasília: Universidade de Brasília, 1983.

COSTA, Fernando Dores. A arte da Guerra In BARATA, Manuel T.; TEIXEIRA, Nuno Severiano (Dir.). *Nova história militar de Portugal*.*Vol. II*. Círculo de Leitores: Lisboa, 2004.

_____. *Insubmissão*. Dissertação de doutoramento: Universidade Nova de Lisboa, 2006.

_____. Milícia e Sociedade In BARATA, Manuel T.; TEIXEIRA, Nuno Severiano (Dir.). *Nova história militar de Portugal. Vol. II*. Círculo de Leitores: Lisboa, 2004.

_____. O bom uso das paixões: caminhos militares na mudança do modo de governar. In: *Análise Social*, vol. XXXIII (149), 1998 (5º).

COSTA, Sérgio P. M. Valioso empate. *Revista de História da Biblioteca Nacional.* Ano 6, nº 70.

COLVERO, R..“Entre interesses e possibilidades: a aproximação da política bragantina ao Rio da Prata. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, 37, jan. 2012. Disponível em:<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/8983> . Acesso em: 01 Dez. 2012.

DONATO, Hernâni. *Dicionário das Batalhas Brasileiras.* Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed. São Paulo: IBRASA, 2001.

DORATIOTO, Francisco M. *Maldita Guerra.* São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FERREIRA, Gabriela. Conflitos no Rio da Prata In Keila Grinberg e Ricardo Salles (orgs.) *O Brasil Imperial*, vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

FRAGOSO, Tasso. *A batalha do Passo do Rosário*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1951.

HESPANHA, António Manuel. Antigo Regime nos trópicos? Um debate sobre o modelo político do império colonial português In FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs). *Na trama das redes.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

KEEGAN, John. *Uma história da guerra.* São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Coontraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

IZECKSOHN, Vitor. *O Cerne da Discórdia: A guerra do Paraguai e o Núcleo Profissional do Exército*. Rio de Janeiro: *e*-papers, 2002.

LEMOS, Juvência Saldanha. *Os mercenários do Imperador*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1996.

LIMA, Oliveira. *D. João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.

LYNN, John A. Forum: Toward an Army of Honor: the moral evolution of the French Army, 1789-1815. Em: *FrenchHistoricalStidues*, Vol. 16, No. 1 (Spring, 1989), p. 162. Disponível em: <http://www.jstor.org/discover/10.2307/286437?uid=3737664&uid=2129&uid=2&uid=70&uid=4&sid=21101292161127>. Acessadoem 01/10/2012.

MCBETH, Michael Charles. *The politiciansvs, the generals: the decline of the Brazilian army during the First Empire*. University of Washington: dissertation for the degree of doctorship, 1972.

MENDES, FábioFaria. *Recrutamento militar e construção do Estado no Brasil imperial*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

MENDES, Fábio Faria. Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX In CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (orgs). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

MONTAIGNE, Michel de. *Os ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência*. Rio de Janeiro: Revan: FAPERJ, 2003.

_____. Estado e política na independência In GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial*, vol. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

_____. Os panfletos políticos e a cultura política da independência do Brasil In JANCSÓ, Istvan*Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec: 2005.

PEREIRA, Vantuil. *"Ao Soberano Congresso": Petições, Requerimentos, Representações e Queixas à Câmara dos Deputados e ao Seano – Os direitos do cidadão na formação do Estado Imperial brasileiro (1822-1831).* Tese de doutorado: Universidade Federal Fluminense, 2008.

PRADO JR., Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

RIBEIRO, Gladys Sabina; PEREIRA, Vantuil. O Primeiro Reinado em revisão In GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial*, vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

RODRIGUES, Neuma Brilhante. *Nos caminhos do Império: a trajetória de Raimundo José da Cunha Mattos*. Tese de Doutorado: Universidade de Brasília, 2008.

SCHWARCZ, Lilian. *O Império em procissão.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

SMITH, Adam. *Teoria dos Sentimentos Morais.* São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SOUSA, Octávio Tarquínio de. *A vida de D. Pedro I*, vol. II. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1988.

SOUZA, Adriana Barreto. *O exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: 1999.

TITARA, L. Santos. *Memórias do Grande Exército Libertador do Sul da América*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1950.

WIERDESPAHN, Oscar. *Campanha de Ituzaingó*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1961.

Eu, Pedro Henrique Soares Santos, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado *Nos rastros da mudança: o Exército de cidadãos no contexto da Guerra da Cisplatina (1825-1828)*foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho é inédito e que nunca foi apresentado a outro departamento e /ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico, nem foi publicado integralmente em qualquer idioma ou formato.